

a guerra civil de espanha  
bernard michal

Tradução de Estúdio C

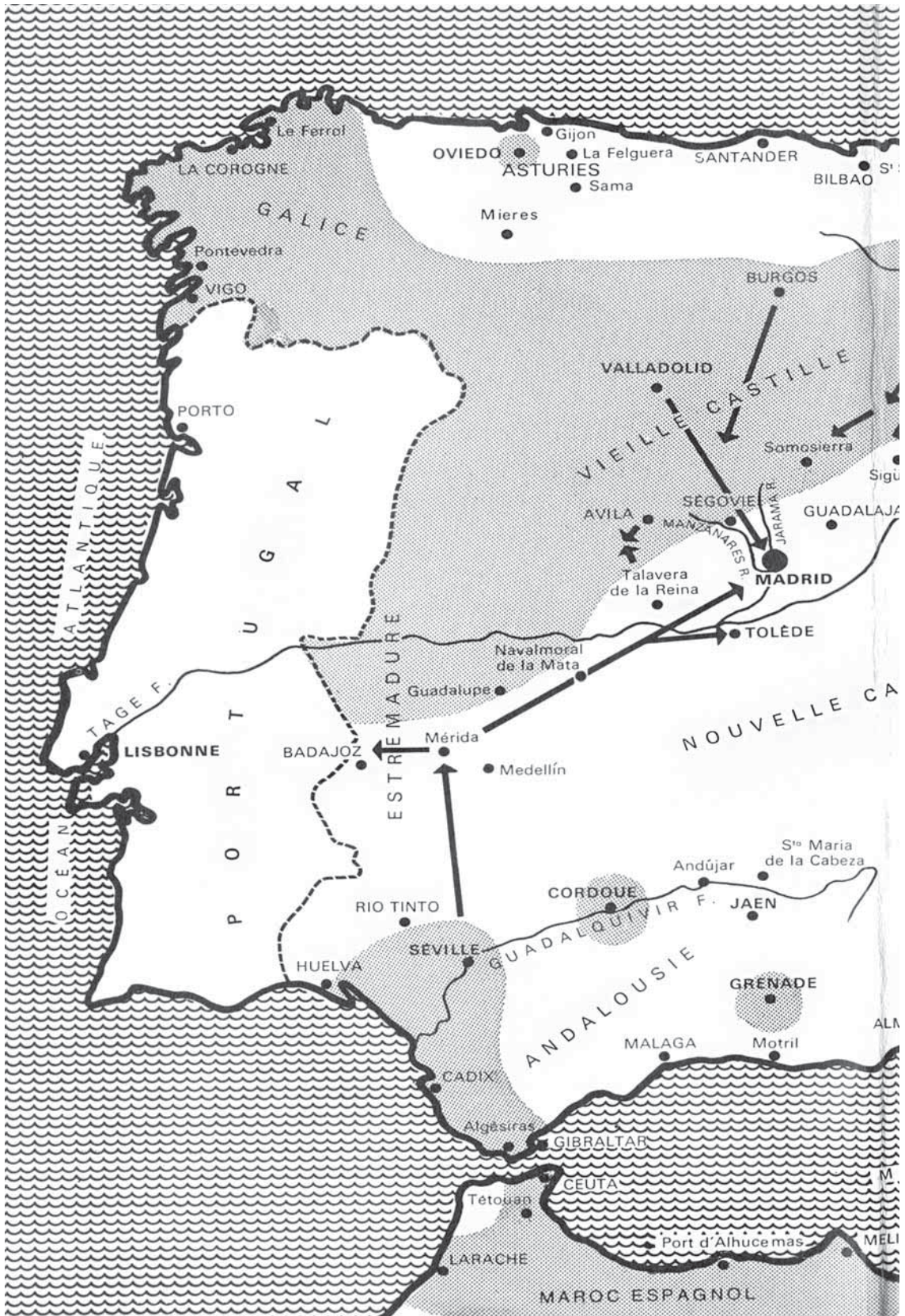


**SAÍDA DE EMERGÊNCIA**  
livros para fugir da rotina



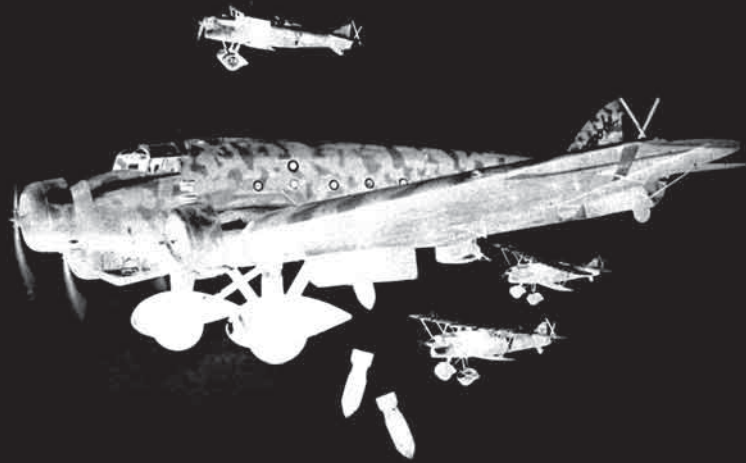
## ÍNDICE

A Explosão .....	11
Da monarquia à República .....	17
A frente popular .....	49
O começo de uma guerra .....	91
O Alcazar de Toledo .....	127
As brigadas internacionais .....	157
A batalha de Madrid .....	199
Um estado dentro do estado .....	225
O senhor absoluto .....	249
As batalhas de Málaga e de Jarama .....	265
A sentença de Guadalajara .....	281
Guernica .....	299
Divergências internas .....	319
O fim da frente norte .....	345
Uma segunda Madrid .....	365
A dupla viragem de Teruel .....	389
A República cortada em duas .....	421
Abrir uma nova frente .....	449
Ofensiva sobre o Ebro .....	473
O adeus das brigadas .....	509
O desastre catalão e o êxodo .....	531
O último ato do drama .....	555
«Madrid, de Franco és!» .....	589
Bibliografia .....	613





OPERAÇÕES  
 JULHO-DEZEMBRO DE 1936  
 EM SÉPIA: ZONA NACIONALISTA  
 FIM DE JULHO DE 1936  
 AS SETAS INDICAM  
 O AVANÇO NACIONALISTA  
 AGOSTO-DEZEMBRO DE 1936  
 Editions de Crémille, Genève



## A EXPLOSÃO



Tudo começa como um filme policial de inspiração *noir*. Pelas quatro horas da manhã param dois automóveis. De dentro descem polícias que se apresentam no domicílio privado de um deputado da oposição. Convidam-no a segui-los. Antes de partir, um deles corta a linha telefónica. Os veículos arrancam e em breve são disparados dois tiros na noite. O deputado fica morto. Duas balas na nuca. Um pouco mais à frente, os carros param, desta vez em frente de um cemitério, e o corpo é ali colocado, anonimamente.

Estamos em Madrid, no dia 13 de julho de 1936. Calvo Sotelo, chefe da oposição das direitas, acaba de ser assassinado. Cinco dias mais tarde, no dia 18 de julho, rebenta a Guerra da Espanha. Virá a terminar trinta e três meses mais tarde: 986 dias de inferno, durante os quais mais de 600 000 pessoas — falar-se-á mesmo de um milhão — encontrarão a morte na mais cruel das guerras: a guerra civil.

O assassinio de Calvo Sotelo não foi senão um pretexto final para certas forças das direitas, militares e falangistas, que, desde o acesso ao poder da Frente Popular, preparavam um golpe de Estado.

No dia 16 de julho, o Marrocos espanhol revolta-se. A 18, todo o protetorado entra em rebelião, a qual se alastra à Espanha meridional. Num dos campos, os rebeldes a quem chamam Nacionalistas e que virão rapidamente a ser denominados Franquistas, segundo o nome do seu chefe, o general Franco; do outro lado, os Republicanos, as forças das esquerdas reunidas na «Frente Popular», dos socialistas aos comunistas, passando pelos anarquistas.

«Madrid! Madrid! Aqui Tetuão... Madrid! Está, Madrid? Daqui o sargento radiotelegrafista. A Legião Estrangeira e as tropas regulares revoltaram-se. Passo à escuta, Madrid...»

Foi por esta mensagem que Madrid tomou conhecimento da insurreição do Exército da África contra a República.

Em algumas horas, a revolta fica vitoriosa, nomeadamente na Navarra, Valladolid, Burgos e Sevilha, mas em Madrid há um malogro. No dia 18 de julho pode-se ouvir este diálogo entre o ministro da Guerra e um general fiel à República:

— As forças com que contamos... No seu lugar, Senhor Ministro, eis o que eu faria: antes que as tropas saiam para a rua e ocupem posições estratégicas e centros de comunicações — se o conseguirem, o governo perdeu a partida — armaria alguns batalhões de voluntários, fornecidos e afiançados pelos partidos e organizações da Frente Popular. Enquadrá-los-ia com oficiais leais e chefes de uma fé comprovada à República...

— Se estalar a revolta, prefiro reprimi-la através dos meios normais sem ter de armar os civis. Aceitarei a sua participação a título de simples auxiliares, com as armas de que eles próprios dispuserem e que, acredite, meu General, já não são poucas, infelizmente! Se os armarmos, tornam-se os donos da rua e voltam essas armas em favor da ação revolucionária.

— Francamente, Senhor Ministro, a escolha é simples: ou aumentar os seus efetivos, recrutando voluntários, que serão numerosos e que poderá armar... ou esperar pelos acontecimentos...

Mas os acontecimentos vão precipitar-se muito rapidamente. A insurreição alastrará como uma mancha de azeite e a engrenagem infernal da guerra civil já não poderá ser detida.

O primeiro apelo do General Franco será lançado pelo posto EAJ 43, do Rádio-Clube de Tenerife, e será precedido por este curto texto:

«Vamos ler o decreto proclamando o estado de guerra, em vigor nas Ilhas Canárias desde as cinco horas da manhã de hoje, 18 de julho de 1936.»

A proclamação prossegue nestes termos: «... Todos vós que sentis um amor sagrado pela Espanha, vós todos que nas fileiras do Exército ou da Marinha haveis jurado servir a Pátria, vós que haveis jurado defendê-la até à morte, o país chama-vos em sua defesa... Poderemos nós



abandonar a Espanha aos inimigos da Pátria, cobarde e traiçoeiramente, sem lutar, sem resistir? Não, deixemos isso aos traidores. Não nós, que jurámos defendê-la...»

Em Madrid, é uma mulher, uma comunista, que, pela rádio, se dirige a todo o povo espanhol:

«Allô, allô. Daqui a *Unión Radio de Madrid*. O microfone está instalado no Ministério do Interior. Allô, allô! Fala-vos Dolores Ibarruri, deputada das Astúrias.»

Depois de um curto silêncio, uma voz de mulher proclamará:

«Trabalhadores antifascistas, povo laborioso: de pé! Estejam todos prontos para defenderem a República, as liberdades populares e as conquistas da democracia... Todo o país treme de indignação perante os miseráveis que, pelas armas e pelo fogo, querem mergulhar a Espanha democrática e popular num inferno de terror. Mas eles não passarão!»

Este «No pasarán» vai tornar-se o *slogan* dos Republicanos, enquanto toda a Espanha lembrará em breve «uma fogueira da Idade Média», segundo a expressão de um historiador. Às frases «Morte ao Fascismo! Todos em socorro da República!» respondem os Republicanos: «Arriba España!», e os Nacionalistas: «Viva Cristo-Rei!»

Aqueles quererão defender Madrid a todo o preço: estes procurarão conquistar a capital de Espanha, símbolo do verdadeiro poder. Serão assim milhares e milhares a morrer por Madrid enquanto se multiplicam os atos de heroísmo nos dois campos. Aliás, ao terror vermelho responderá o terror branco, igualmente sanguinário. E vice-versa.

Além da guerra civil, a Espanha vai ter igualmente o banco de ensaio da Segunda Guerra Mundial, com a internacionalização do conflito.

A Itália e a Alemanha apoiarão os Nacionalistas de Franco e poderão assim experimentar táticas e novas armas.

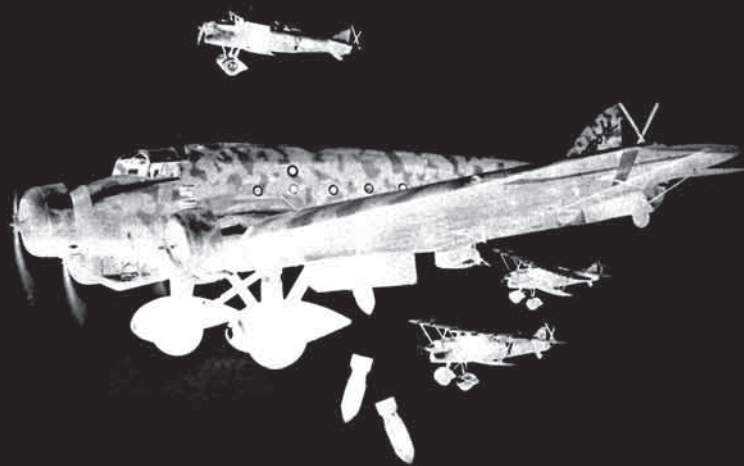
Os Republicanos beneficiarão da ajuda das Brigadas Internacionais e da intervenção soviética.

Este drama da Espanha vai marcar uma geração de homens no mundo inteiro. Os Espanhóis, esses, não poderão jamais esquecer este sangrento confronto fratricida.

Mas, para bem compreender o mecanismo que conduzirá inexoravelmente ao drama, é preciso recuar vários anos.

A guerra civil começará a 18 de julho de 1936 e terminará em 29 de março de 1939, com a derrota dos Republicanos e a queda de Madrid.

Para uns, será a derrota sem apelo e a tragédia do êxodo; para outros, a vitória absoluta e a tomada de poder num país despedaçado e de luto.



DA MONARQUIA À REPÚBLICA



**16** de fevereiro de 1936: a Frente Popular, vitoriosa nas eleições e beneficiária do sistema de escrutínio maioritário que, apesar da fraca maioria de sufrágios, lhe vale uma esmagadora superioridade numérica nas Cortes, toma o poder em Madrid. Isto poderia ter sido apenas um episódio na longa série de crises de regimes e governos que atravessa a Espanha há mais de um século. Mas as paixões, a partir de agora, estão exasperadas e o país dividido em duas partes. Estas eleições constituem, desde logo, o ponto de partida de um drama sangrento. Cinco meses mais tarde, dia por dia, em julho, o conflito de tendências políticas, sociais, religiosas e regionais, que se havia expressado durante anos nas Cortes e nas ruas, através de múltiplos incidentes, vai ao encontro daquilo que se anunciava inevitável: uma atroz guerra civil. Durante 986 dias, ela ensanguentará este país de 25 milhões de habitantes; a Espanha vai transformar-se, ao mesmo tempo, em campo fechado de ódios partidários e em campo de manobras experimentais para os futuros protagonistas da Segunda Guerra Mundial. Balanço desastroso para a nação que, até ao fim do século XIX, possuía o maior império do mundo: 600 000 mortes e montes de ruínas.

É evidente que este agravamento da situação interior não é resultado das consequências imediatas de uma simples competição eleitoral. É, pelo contrário, o vértice trágico do naufrágio político, económico e social de um país que, em vão, durante anos, fez a experiência dos mais diversos regimes, tão instáveis uns como os outros e todos incapazes de assegurar o equilíbrio e a expansão nacional. Os homens no poder, durante este

período de mais de cem anos, na hora em que a Europa vivia a grande mutação industrial, tiveram que fazer frente com maior ou menor êxito a inúmeras revoltas, insurreições, motins e «pronunciamentos» (podem contar-se 43, entre 1814 e 1923). Mas é a seguir às eleições de fevereiro de 1936 que as lutas se tornam mais violentas e os incidentes quotidianos. Os líderes da oposição multiplicam as denúncias de anarquia e de incúria governamental — mesmo se, em certos casos, os seus partidários são responsáveis pelos atos de terrorismo que estigmatizam...

Antigo ministro, tribuno de «verbo inflamado», chefe de fila das direitas, Calvo Sotelo «deita contas» a 15 de abril nas Cortes: «... Quando a vida não está mais em segurança na rua, quando de todos os lados se ergue a ameaça de perturbações sociais e se grita, como ontem a multidão gritava, “A pátria! Não! A pátria! Não!” Quando, ao grito de “Viva a Espanha”, respondem “Viva a Rússia”, quando faltam à honra do exército e se considera ridículo tudo o que a pátria faz, quando tudo isso dura seis, sete e oito semanas, pergunto a mim próprio se será possível conservar a calma... Protesto contra essa calma, tal como os outros Espanhóis que vivem inquietos e não sabem se a Espanha está viva ou morta.»

Apesar do tom que se elevava na Assembleia e das interrupções que se tornavam cada vez mais frequentes, Calvo Sotelo continuou o seu libelo e citou números: «Desde o dia 16 de fevereiro, dir-se-ia que sopra na Espanha um vento de fogo e furor. Desde essa data, até ao dia 2 de abril, eis o que se passou: ataques e destruições de centros políticos, 58; de estabelecimentos públicos e privados, 72; de domicílios particulares, 33; de igrejas, 36.»

Um deputado do partido no poder interrompe-o e lança: «É muito pouco. Ainda não o abateram a si.»

Imperturbável, ele continua: «Incêndios de centros políticos, 12; de estabelecimentos públicos e privados, 45; de domicílios particulares, 15; de igrejas, 106, das quais 56 foram completamente destruídas. Greves gerais, 11; agressões, 65; ataques, 24; feridos, 345; mortos, 74.» O balanço já é pesado e sê-lo-á ainda mais quando, dois meses depois, apesar das ameaças que pesam sobre ele, Gil Robles, chefe do partido católico, retoma noutros termos, perante as Cortes, o libelo de Calvo Sotelo: «Desde 16 de fevereiro — declara ele no dia 16 de junho — 160 igrejas foram inteiramente destruídas pelo fogo, houve 269 assassinios, a maior parte de natureza política, e 1287 agressões de gravidade de

várias ordens; 69 centros políticos foram saqueados e contaram-se 113 greves totais e 228 parciais. Dez jornais foram pilhados.

«Não nos iludamos — concluiu o chefe da CEDA (Confederación Española de Derechas Autonomas). — Um país pode viver em monarquia ou em república, sob um regime parlamentar ou presidencial, no comunismo ou no fascismo. Mas não pode viver na anarquia. E nós estamos a assistir ao enterro da democracia...»

Como teria a Espanha, noutros tempos tão próspera e poderosa, chegado a este ponto de impossível retorno na degradação política?

Trata-se de uma longa história: e seríamos quase tentados a voltar atrás no tempo até 1808, quando se desmoronou a monarquia tradicional. Desde então, os regimes, monarquia ou república, eivados segundo os casos de liberalismo ou de autoritarismo, de conservantismo ou de progressismo, serão uma fácil presa para os autores dos «pronunciamentos». Todavia, os germes das dificuldades que se iam acumulando tinham sido lançados muito antes no «século de ouro» da grandeza espanhola. Com efeito, a unidade do país sempre dissimulou um fermento de discórdia permanente que provocará, até 1936, crises e choques violentos: um regionalismo exacerbado, tanto mais virulento quanto as províncias não aceitam bem a hegemonia dos Castelhanos e de Madrid. Carlismo, federalismo, nacionalismo basco, catalanismo, autonomismo, apresentarão aos governantes problemas tanto mais árduos quanto as tendências centrífugas serão ampliadas pelas divergências de mentalidade e por antagonismos sociais que se acentuarão, na medida em que a organização do proletariado espanhol vai provar a sua eficácia muito mais cedo do que noutros países da Europa.

No entanto, estas tendências só se imporão verdadeiramente a partir do último quartel do século XIX, quando as novas formações políticas e as organizações operárias intervieram de forma mais ativa na vida governamental.

A Espanha da segunda metade do século terá mais dificuldade em sair do precipício para o qual a arrastam as agitações permanentes porque está mal armada para aproveitar as vantagens materiais que a revolução industrial oferece aos outros países europeus. Sofre o *handicap* fundamental da pobreza de uma grande parte do seu solo, das estruturas

económicas e sociais anacrónicas de que resulta uma incapacidade permanente de promover um desenvolvimento coordenado. A expansão industrial está comprometida pela falta de capitais ou pela recusa dos que os possuem em investi-los nesse setor de atividade; o mercado interior é tanto mais acanhado quanto o fraco poder de compra de uma população miserável, de maioria camponesa, impossibilita o desenvolvimento de qualquer indústria de consumo. A isto acrescenta-se, no fim do século, a perda dos últimos mercados coloniais resultante da desagregação do que restava do Império. A Espanha está assim presa numa engrenagem infernal: a crise económica e os sobressaltos políticos conjugam-se para comprometer todas as tentativas de ascensão, enquanto os privilegiados fazem barreira contra qualquer reforma que ponha em causa as suas vantagens escandalosas. Por fim, o desenvolvimento setorial da indústria em certas regiões relativamente privilegiadas vai acentuar a expressão do particularismo; este fenómeno manifesta-se de forma ainda mais virulenta porque o proletariado urbano dá provas de maior dinamismo, rebelando-se ao mesmo tempo contra o patronato espanhol e contra os capitalistas estrangeiros que souberam agarrar, na indústria nascente, os lugares deixados vagos pelos nacionais (assim, por exemplo, a massa de capitais estrangeiros investidos na indústria mineira era, em 1920, muito superior à dos capitais espanhóis).

A Espanha do fim do século XIX apresenta algumas características fundamentais dos países colonizados: fontes de matérias-primas mais ou menos fiscalizadas pelo estrangeiro e destinadas às indústrias de transformação estrangeiras; mão de obra barata; mercado local muito exíguo para as indústrias de consumo; grande maioria da população camponesa, reduzida a um estado de pobreza e mesmo de miséria; fortuna nacional concentrada nas mãos de capitalistas. As «elites» dirigentes tradicionais ou progressistas não eram, no entanto, cegas; mas apesar de tentativas esboçadas por diversos governos, o país demora em acordar para as realidades primordiais e conserva estruturas anacrónicas, que o dinamismo de um proletariado muito avançado para o seu tempo, mas atravessado por correntes revolucionárias contrárias, senão contraditórias, não chegará para derrubar.

Setenta por cento da população ativa vive da agricultura. O regime agrário praticado no fim do século XIX é, em algumas regiões, de tipo quase feudal, quer se trate do modo de remuneração dos trabalhadores



agrícolas, dos encargos que pesam sobre os pequenos proprietários e rendeiros ou mesmo dos meios de trabalho. Como ficar admirado, assim, que os rendimentos figurem entre os mais fracos da Europa, quando perto de 40 por cento das terras não são aproveitadas? É certo que a condição camponesa tem certas variantes, segundo as regiões. Há pequenos proprietários em certas províncias que beneficiam de um relativo bem estar.

É no sul, na Andaluzia, terra de eleição dos «latifúndia», que a miséria é maior. Os agricultores não são mais bem tratados do que os «braceros» trabalhando à «temporada», ou seja, mais ou menos duzentos dias por ano, por um salário que, entre 1900 e 1930, não ultrapassava, em média, três pesetas por dia! Enquanto são explorados deste modo, os jornaleiros não dispõem sequer, para seu próprio uso, de uma jeira de terra enquanto ficam por cultivar os espaços reservados à caça ou à criação de touros. Resignados ou obrigados a sê-lo, estes camponeses terão, por vezes, certos sobressaltos: estalam querelas, rapidamente reprimidas, cujas cicatrizes deixam traços que avivam os antagonismos e preparam a luta das classes.

A natureza das relações entre proprietários de terras e camponeses não é a única particularidade desta época. O poder da Igreja no Estado é outro, e não menor. A Igreja da Espanha conheceu o seu apogeu no século de ouro; a sua influência na nação foi seguramente mais profunda e mais duradoura do que a da monarquia tradicional. A sua oposição feroz à tentativa de conquista napoleónica valeu-lhe um recrudescer de autoridade e de prestígio. Mas não pôde, no entanto, evitar, em 1837, a confiscação das terras que possuía, decretada pelos progressistas. Todavia, com a força dos seus 80 000 padres e freiras, com a riqueza de vários milhares de domínios, possuindo ou dominando empresas, ela é quase um estado dentro do estado. Desempenha um papel primordial em matéria de ensino. Mas, antes do princípio do século XX, quase metade da população é analfabeta e não frequentou a escola nem teve qualquer ensinamento religioso, verificando-se que o catolicismo dos Espanhóis é muito relativo. E, por isso, em grande parte, nas regiões pobres, a população acusa o Clero de fazer o jogo dos proprietários e dos chefes de indústria, ao passo que, de uma maneira geral, os representantes da hierarquia são associados aos oligarcas laicos, que dominam a vida política do país e cuja mentalidade egoísta compromete a promoção das massas mais desfavorecidas. Seja como

for, a Igreja, rica e fortemente implantada em todo o país, desempenha um papel preponderante.

Vírus regionalista, descontentamento do proletariado, miséria dos agricultores, onnipresença da Igreja: a este esboço das linhas de força que influirão, alternada ou simultaneamente, as tendências governamentais desde o fim do século XIX até à revolução de 1936, vem ainda acrescentar-se um fator preponderante: a onnipotência do Exército. Em seguida às guerras carlistas do princípio do século e não tendo que assumir mais responsabilidades além-mar, pois que com o correr dos tempos o poder colonial da Espanha se dissipara, o Exército, de certo modo, auto-transformou-se em vigia permanente dos mecanismos políticos do país. Os seus chefes vivem do passado e armam-se do prestígio em tempos merecido para impor a sua lei aos governos. Sendo a manutenção da ordem interior, a seus olhos, uma tarefa secundária, a sua principal preocupação parece ser a preparação dos «pronunciamentos» (já falámos mais atrás de 43 em cem anos). Na verdade, trata-se de um Exército muito mal equipado, cujos recrutas andam mal vestidos, mal treinados e mal alimentados. Mas é um excelente escape para os filhos dos oligarcas. É, pois, um Exército de oficiais, podendo-se contar, no fim da monarquia, 15 000 oficiais, dos quais muitas centenas de generais, responsáveis por 90 000 homens.

O sino da dominação colonial dobrara em 1898, em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas. A aventura marroquina iria trazer ao corpo de oficiais uma compensação, apesar dos seus malogros, repetidos até ao fim das operações, em 1927. As campanhas de Marrocos valeram a muitos oficiais uma glória mais ou menos justificada. Uma «elite» militar podia, pois, forjar-se no quadro dos dois corpos de combate que tinham tido em Marrocos e iriam ter na Espanha ocasião de provar a sua experiência e o seu valor: o «Tercio», legião estrangeira constituída durante a guerra do Rif, e os «Regulares», regimentos marroquinos.

Quando rebenta a guerra civil há mais de duzentos anos já que a revolução se prepara na Espanha. A insurreição subjacente traduzia-se pelos distúrbios dos camponeses e pelas perturbações urbanas, durante as quais as massas populares tomaram consciência da força política que podiam representar, com a condição de terem chefes: mas para

isso era-lhes preciso esperar ainda mais algum tempo. Estes incidentes, aos quais se juntaram diversos conflitos com os carlistas, não tornavam o trabalho fácil aos governos moderados, liberais ou progressistas que a rainha Isabel II tinha de aceitar, instigada pelos autores dos «pronunciamentos». As crises sucedem-se uma após a outra até que os adversários da dinastia chegam a acordo para expulsar a rainha, sem ter ficado definido previamente a natureza do regime que pegaria nas rédeas do reino dos Bourbon.

O general Prim, chefe de fila dos progressistas que não ficara desencorajado com o malogro de um primeiro «pronunciamento», em janeiro de 1866, prepara outro em Cadiz, núcleo da rebelião. A operação é montada com cuidado. Os revolucionários vencem as tropas da rainha sobre o Guadalquivir, em Alcolea, e abrem caminho para Madrid, a 29 de setembro de 1868. Acabava-se o antigo regime que havia tentado sobreviver à derrota de 1808. O trono não soube convencer o povo dos méritos de uma monarquia, tão pouco segura de si e do seu destino, que quatro Constituições foram aplicadas sucessivamente sem qualquer resultado. Simultaneamente, a permanente guerra carlista comprometia a estabilidade governamental e punha em causa a unidade nacional, ao passo que as reivindicações sociais exprimiam-se por provas de força, opondo o proletariado às forças da ordem.

Com Isabel destituída, tudo leva a crer que chegara a hora de instaurar a República. Ora, o governo provisório, constituído pelos vencedores do «pronunciamento», pronuncia-se a favor de uma monarquia constitucional: o rei, irresponsável, mas dispondo do direito de veto, terá de escolher os seus ministros entre os partidos da maioria; duas Câmaras, Senado e Congresso, serão eleitas por sufrágio universal; as liberdades de ensino, de imprensa, de associação e de reunião são proclamadas; a liberdade de culto é reconhecida; a separação da Igreja e do Estado deve entrar em funcionamento. Por motivos contraditórios, estas estipulações não satisfazem nem os carlistas, nem a direita, nem os republicanos da extrema-esquerda. Jogando habilmente com os particularismos regionais, estes suscitam uma violenta agitação em diversas províncias. O governo de Prim não deixa que estas perturbações alastrem. Aliás, em breve, terá de confirmar a estabilidade do regime ao resolver um problema-chave, que resulta dos termos da nova constituição: uma monarquia, seja qual for, implica a existência de um monarca. É preciso, pois, encontrar um

rei, e não é tão fácil como parece. Isabel II abdicara em Paris, no dia 25 de junho de 1870, em favor do filho, uma criança, Afonso XII. Mas é impossível encarar o regresso dos Bourbon, tão odiados. É preciso procurar noutra sítio. São sugeridos vários candidatos. O duque de Montpensier, quinto filho de Luís Filipe, tem o acordo dos unionistas, mas não é aceite nem pelos progressistas, nem pelos democratas nem pela França de Napoleão III. A candidatura do rei D. Fernando, de Portugal, suscita a hostilidade dos unionistas e da Inglaterra. Procurando noutras direções, o governo fixa a sua escolha em Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, sobrinho de Guilherme da Prússia. Esta sugestão dá lugar a graves complicações diplomáticas entre a França, a Prússia e Madrid e será a causa da guerra franco-prussiana de 1870.

À falta de um rei «disponível» teriam de se resolver a instaurar a República? A situação tem a sua originalidade. Esta perspectiva inesperada é seriamente encarada pelos republicanos, que se preparam para se vingarem das eleições de 1869. Mas as suas esperanças vão sofrer uma desilusão: em desespero de causa, a de Itália, Amadeo de Aosta. Este aceita, para dizer a verdade, sem entusiasmo nem convicção. Eleito por 191 votos contra 106, desembarca no seu reino a 1 de janeiro de 1871 e toma o nome de Amadeo I.

Mau presságio: quatro dias antes, Prim, o instigador desta enorme volta no regime, fora assassinado à saída das Cortes.

A ascensão do duque de Aosta ao trono da Espanha é acolhida com reserva pelos dirigentes e pelo povo. Pi y Margall, que participou com Prim no «pronunciamento» de 1868, sem poder impor ao general, nessa altura, a instauração da República, resume em breves traços a opinião geral: «Era um jovem de uma certa coragem mas de pouca inteligência. Da Espanha, ignorava a história, a língua, as instituições, os partidos, os homens... O seu carácter não era muito firme. Não tinha grandes vícios nem grandes virtudes... A sua qualidade era não ser nem parecer ambicioso. Ninguém o acolheu com entusiasmo: os carlistas e os republicanos não o queriam, como também não o queriam os velhos conservadores que eram por Afonso; os ministros lamentavam as esperanças que tinham posto no duque de Montpensier e alguns progressistas o sonho de coroar Espartero.»

Amadeo de Aosta sente ser um rei de transição: por isso refugia-se atrás das prescrições da constituição para reinar o menos possível.

Exerceu o poder tão mediocrementemente, que o regime monárquico, tão criticado por todos no tempo de Isabel, será ainda mais difamado depois desta experiência de dois anos de poder sem substância. Em seu favor, é preciso reconhecer que a situação à qual tem de fazer face não favorece em nada uma ação coerente: dissensões profundas entre os partidos políticos, competição encarniçada para obter lugares no Governo, violenta oposição antidinástica, decomposição do Exército, guerra carlista, movimentos sociais em diversas províncias, graves dificuldades em Cuba. A gestão dos assuntos de Estado será assumida por três parlamentos e seis ministérios em dois anos: isto mostra a que ponto a instabilidade comprometia qualquer esforço reformista!

Num clima deteriorado ao mais alto ponto, o Exército estará mais uma vez na origem de uma crise de regime e, desta vez, sem que haja um «pronunciamento». Os oficiais de artilharia apresentam a sua demissão coletiva em seguimento à nomeação do general Hidalgo, que lhes desagrada, para comandante do Exército do norte. O governo não cede à chantagem e decide substituir os oficiais demissionários, aproveitando a ocasião para designar para o seu lugar oficiais republicanos e preparar uma reforma do Exército. O rei terá de arbitrar o conflito entre republicanos e aqueles que se dizem defensores da ordem tradicional. É pedir-lhe demais. Sente-se cansado da aventura para a qual foi arrastado pelo destino, e que, nomeadamente, lhe valeu um atentado de que escapou à justa em julho de 1872. De ora em diante, não pensará noutra coisa senão voltar para a Itália sem guardar qualquer ligação com a Espanha. À laia de arbitragem, despede-se da «nobre e infeliz Espanha» e abdica em seu nome e dos seus filhos. Dirigente dos republicanos, Emilio Castelar resume a lição deste acontecimento: «A monarquia morreu sem que ninguém, absolutamente ninguém, tenha contribuído para isso, exceto a Providência... Foi varrida por meio de uma coligação da sociedade, da natureza e da história.»

A monarquia está de tal modo morta que as Cortes se reúnem no próprio dia para proclamar a República. O novo regime é proclamado como resultado de 258 votos contra 32: o semirreinado de Amadeo I tinha feito atrasar dois anos uma decisão inevitável. E, no entanto, quem poderia prever nesse dia que a monarquia, tão mal vista, renasceria em breve das suas cinzas antes mesmo que a I República tivesse completado um ano... Com efeito, esta vai sofrer o mesmo mal do regime que queria

substituir: a falta de governantes capazes de cristalizar as forças vivas do país.

Aos republicanos no poder, em 1873, não faltava nem boa-vontade nem inteligência; mas a energia e a autoridade faltam-lhes desesperadamente. Ora, eles, ao contrário dos seus predecessores, têm que enfrentar forças antagónicas: monárquicos, carlistas, republicanos da extrema-esquerda e anarquistas também. Os republicanos da esquerda irão aproveitar-se da votação de uma constituição federal que divida a Espanha em 15 Estados, gozando de uma autonomia administrativa total, para suscitar insurreições. O seu objetivo é a organização das províncias em cantões independentes, recusando a autoridade governamental. O movimento centrífugo toma uma tal amplitude, enquanto os carlistas, mais uma vez, lançam ofensivas, que o governo vê-se obrigado a reagir para salvar a unidade nacional. É preciso apelar para o Exército, quer contra os carlistas quer contra os federais, mais ou menos influenciados pelos internacionalistas bakuninistas. Ao mesmo tempo, isto é uma necessidade e um risco porque mais uma vez os militares se aproveitam da degradação política que o regime republicano não consegue deter. Decidem então proceder a uma arbitragem pela força. O general Pavia, que dirigiu a repressão contra os cantonalistas da Andaluzia, é o mentor do «pronunciamento» que, no dia 2 de janeiro de 1874, põe termo a esta primeira experiência republicana. Castelar fora batido nas Cortes, num voto de confiança. Sem se embarçar com questões de protocolo, Pavia intima os deputados a evacuar a sala. O local é cercado pela Guardia Civil. Qualquer resistência seria inútil! A frágil república à qual Amadeo de Aosta, 327 dias antes, tinha cedido o lugar, desaparece por sua vez pelo sorvedouro aberto por um «pronunciamento». Mas não se sabe, em janeiro de 1874, como tão-pouco se sabia quando desaparecera o medíocre soberano, aquilo em que o país se irá tornar, quem o chefiará, e por que via constitucional se orientará.

A queda do regime não implica necessariamente a instauração de outra forma de governo. Mais uma vez será necessário preencher o vazio político e fazer uma escolha determinante entre a monarquia e a república. Ora, no país não há rei nem maioria monárquica. Nada parece opor-se a que uma república substitua a que acaba de ser deposta. Mas a situação

interior exige que um regime provisório assumira as tarefas urgentes, enquanto se espera que seja definida a nova forma de governo. Efetivamente, os carlistas aproveitaram-se do vazio criado em Madrid para lançar ofensivas nas regiões por onde se dispersavam os 70 000 partidários de Don Carlos, que veio em pessoa tomar a direção do movimento. Serrano, que assume a direção do Executivo, terá de lhe fazer frente no País Basco, em Navarra, em Aragão e na Catalunha: os recontros entre as tropas dos dois campos são de uma rara violência e cometem-se odiosos crimes em todas as zonas de combate. Todavia, no fim do ano, o governo levará a melhor e as fileiras carlistas receberão o golpe de misericórdia.

Retidos por estas preocupações e permanentemente sensíveis às dissensões políticas incuráveis, os herdeiros do «pronunciamento» de Pavia não conseguem opor-se às manobras hábeis levadas a cabo pelos partidários de Afonso de Bourbon, filho de Isabel II. Este jovem de dezoito anos, aluno do colégio de Sandhurst, publica, a 1 de dezembro de 1874, por instigação do seu mestre de pensamento, Cánovas, um manifesto no qual argumentava a favor do restabelecimento da monarquia hereditária e constitucional. Toma compromissos formais: «... Não deixarei nunca de ser um bom Espanhol, bom católico, como todos os meus antepassados, e um verdadeiro liberal como homem do meu século.» Está em marcha o processo que irá preparar a sua ascensão ao trono. O Exército intervém no debate: a 29 de dezembro, o general Martinez-Campos faz por sua vez um «pronunciamento» em Sagunto, convidando o Exército a pronunciar-se a favor de Afonso XII. O exército do norte e da Catalunha põe-se ao lado do pretendente; o general Miguel Primo de Rivera, comandante-general de Madrid, liga-se a este também. O gabinete de transição tem de se demitir; a 30 de dezembro Cánovas toma as rédeas do governo em nome do rei. No dia 16 de janeiro de 1875, Afonso XII deixa Paris a caminho de Barcelona, via Marselha. Faz a sua entrada em Madrid a 14 de janeiro. Contrariamente ao que podia supor-se após a queda de Isabel, os Bourbon ocupam novamente o trono da Espanha.

A restaurada monarquia precisa de uma constituição. Muito menos liberal do que as precedentes, será promulgada a 2 de julho de 1876, depois da aprovação das Cortes, onde a maioria composta por conservadores e liberais partilha entre si o poder até ao fim do reino. Ser-lhe-á reprovada, sobretudo, a instituição do «caciquismo», que irá permitir aos agentes eleitorais dos partidos no poder tornarem-se senhores das vilas

e dos campos e impor os seus votos aos camponeses. No plano interno, o reinado de Afonso XII trará um certo descanso político e social de que o país necessita enormemente e que irá permitir ordenar, até certo ponto, a economia vacilante. Os principais problemas postos aos conservadores dizem respeito à política externa. As primeiras dificuldades surgem ligadas às relações com o Papado, que, paradoxalmente, testemunha mais rigor para com a monarquia do que para com os republicanos e queixa-se do carácter demasiado tolerante da Constituição.

As relações com a França estão semeadas de graves incidentes, uns resultantes da chacina dos colonos espanhóis em Oranie — drama pelo qual o governo francês foi tornado responsável por Madrid — e outro pela aproximação espetacular da Espanha e da Alemanha. Atingiu-se o auge da crise aquando da viagem pela Europa que Afonso XII efetuou em 1882, nomeadamente à Áustria (pátria da sua segunda mulher, a futura regente, Maria Cristina de Habsburgo-Lorena), à Alemanha, à Bélgica e à França. Antes da etapa de Paris, o rei da Espanha assistiu a grandes manobras na Baviera, ao lado do imperador Guilherme e de Moltke. Circunstância agravante aos olhos dos Franceses que o iam receber: para essa ocasião vestira o uniforme azul-claro de coronel bávaro, enquanto o imperador lhe entregava as insígnias de coronel de um regimento de ulanos. Daí a protestar contra uma coligação hispano-alemã bastava um passo, que a opinião pública francesa deu facilmente. Desastradamente, o presidente Jules Grevy nada fez para minorar o incidente, apresentando frouxas desculpas pelo acolhimento injurioso que os Parisienses reservaram ao seu hóspede. No entanto, os diplomatas tentarão evitar que as relações entre os dois países se degradem em consequência desta viagem. E nunca viria a saber-se se efetivamente Afonso XII teria prometido a sua aliança ao imperador em caso de conflito armado entre a França e a Alemanha. Com efeito, o jovem rei, atacado de tuberculose, morre prematuramente a 26 de setembro de 1885. Tinha vinte e oito anos. O seu reinado durou dez anos e, excetuando uma tripla revolta militar rapidamente abafada no verão de 1883, foi um período de calma interna como há anos a Espanha não conhecia.

À morte do marido, a jovem rainha regente Maria Cristina de Habsburgo estava grávida. No dia 17 de maio de 1886 nasce Afonso



XIII. A regente, na pesada tarefa que lhe incumbe, pode contar com o apoio dos conservadores e dos liberais, cujos líderes, Cánovas e Sagasta, irão revezar-se à cabeça do Governo até ao assassinio do chefe conservador, em 1897. A iniciativa mais notável dos liberais será a instituição, em 1890, do sufrágio universal: era um modo de réplica aos republicanos, que haviam precedentemente manifestado a sua oposição ao regime, demasiado conservador a seu ver, através de dois «pronunciamentos» que haviam falhado.

A regência é marcada por algumas insurreições locais, mas o que marcará sobretudo esta época é a grave crise colonial, cujas repercussões no futuro político e social do país serão consideráveis. Há já vários anos que o governo tem de fazer frente a uma situação revolucionária nas Filipinas e em Cuba, onde o exército mantém precariamente a ordem. O problema agrava-se quando os Estados Unidos intervêm com a intenção firme de suplantar os Espanhóis nesta região em que estão implantados há longos anos. À moda de encorajamento aos Cubanos na sua resistência ao ocupante espanhol, o couraçado americano *Maine* lança ferro na baía da Havana em fevereiro de 1898.

A 15 do mesmo mês, o navio vai pelos ares com trezentos homens a bordo. O Senado americano e o presidente McKinley armam-se deste argumento para expulsar os Espanhóis de Cuba. Simultaneamente, no porto de Santiago de Cuba e nas Filipinas, a Marinha Espanhola, reforçada por uma esquadra enviada de Espanha, é destroçada. O tratado de paz assinado em Paris, em agosto de 1898, estipula nomeadamente que a Espanha abandone Cuba e venda Porto Rico e as Filipinas aos Estados Unidos por vinte milhões de dólares. Um ano mais tarde, a Espanha vende à Alemanha os Palaos, as Marianas e as Carolinas. Do maior império do mundo só restam Ceuta, Melilla, Ifni e a Guiné espanhola.

O desaparecimento do império colonial tem repercussões ainda mais graves porque o governo teve de reunir verbas excepcionais para fazer face a longínquas expedições que terminaram desastrosamente. Este drama constituir-se-á também revelador de fenómenos sociais, os quais, até então, não tinham sido devidamente medidos: a organização do proletariado no quadro dos sindicatos e de partidos políticos progressistas ou revolucionários muito ativos. Pois que, a partir desta data, estando a Espanha, pela força das circunstâncias, toda voltada para si própria, o proletariado terá tendência para atacar mais asperamente os três poderes sobre

os quais lança a responsabilidade da decadência do país e da permanência de uma situação miserável: os ricos, a Igreja e o Exército.

A regência, pelo menos a influência de Maria Cristina, acaba com a maioria de seu filho Afonso XIII, coroado a 17 de maio de 1902. O fator dominante dos primeiros anos do seu reinado é a mudança de orientação diplomática inspirada pelo rei, muito mais tentado pela aliança com a França do que pela aproximação hispano-alemã, preparada por Afonso XII e confirmada por Maria Cristina. O chefe do governo, Silvela, liberal como o seu predecessor, Sagasta, define assim a tendência diplomática deste princípio de século: «... Temos que ser amigos de todas as nações, mas ninguém pode negar que uma união íntima nos liga à nossa vizinha, nossa irmã pela raça, enlaçada à nossa por um longo feixe de interesses e de conveniências.»

A aproximação com a França favorece o acordo sobre a divisão dos interesses recíprocos dos dois países em Marrocos. Esta é parcialmente compensada por um desanuviamento de relações entre a Espanha e a Inglaterra, concretizado pelo casamento de Afonso XIII com a princesa de Battenberg, Victoria-Eugénia-Cristina, sobrinha da rainha de Inglaterra. A atividade diplomática espanhola desenvolve-se em todas as frentes; o país, desiludido pelos desastres coloniais, não quer ficar dobrado sobre si próprio e o Governo quer alargar o círculo das suas amizades europeias. No decurso do verão de 1905, Afonso XIII paga a visita que o imperador Guilherme II lhe havia feito um ano antes na baía de Vigo; algumas semanas antes, o rei fizera uma visita oficial a Paris, que decorrera num excelente clima, mas que fora infelizmente comprometida por um atentado; o presidente Loubet virá, por sua vez, visitá-lo em outubro.

Este dinamismo diplomático não chega para garantir a estabilidade política. A «valsa» dos ministérios continua e a oposição esforça-se por denunciar as rivalidades das capelinhas no seio da maioria. Republicanos, socialistas e sindicalistas irão encontrar, num incidente africano, a ocasião de mostrar a sua força e de contar os seus adeptos. Em 1909 há recontros violentos dos operários marroquinos das minas de Melilla com os trabalhadores europeus e as tropas espanholas. O acontecimento toma proporções importantes. Melilla é invadida pelos habitantes de Rif. A 23 de julho, o Exército sofre uma pesada derrota no Barranco do Lobo. O general Marina, ultrapassado pelos acontecimentos, pede,

com urgência, reforços para Madrid. Preocupado em não desguarnecer a parte peninsular das suas tropas regulares, o governo decide mobilizar 20 000 reservistas. A reação popular é imediata e violenta. Há comícios e manifestações populares em Madrid e Barcelona. A greve geral transforma-se em revolução. É o que ficará na história com o nome de «semana trágica», de 26 a 31 de julho, verdadeiro prólogo aos dramas que ensanguentarão o país um quarto de século mais tarde. A rebelião improvisada não tem chefes. Mas os dirigentes da ala esquerda do partido republicano, animada pelo radical Alexandre Lerroux, haviam pregado, antes da revolução com que contam a curto prazo, a queda do regime.

Lerroux, andaluz transplantado para a Catalunha, havia já organizado as rebeliões e os conflitos do princípio do século. Tem, de direito, uma reputação de opositor feroz que, nas suas proclamações vingativas, não poupa as palavras: «Jovens bárbaros de hoje! Vinde pilhar a civilização decadente deste infeliz país» — propõe ele, em 1905, ao proletariado de Barcelona. — «Destruam os templos! Abatam os deuses! Arranquem os véus das suas noviças e façam delas mães! Batam-vos, matem e morram!»

No decurso da semana trágica, ele apregoa uma violência igual e lança novos apelos ao crime: «Queimem os registos de propriedade. Matem...» Os anarquistas, que dominam tropas numerosas na Catalunha, atizam o incêndio. Os conventos são atacados e pilhados, alguns dos seus ocupantes assassinados; perto de cem igrejas e outros edifícios religiosos são incendiados; os cadáveres exumados e expostos nas ruas de Barcelona. O Exército leva quase um mês a dominar o movimento, que se estendera a outras regiões. A repressão tem a mesma dimensão da insurreição e o estado de sítio é proclamado em todo o país. Os conselhos de guerra condenam vários detidos; alguns são fuzilados. No dia 13 de outubro, Francisco Ferrer, militante anarquista, diretor da Escola Moderna, pedagogo revolucionário conhecido além-fronteiras, é condenado e fuzilado. A sua execução provoca reações em diversas capitais europeias, nomeadamente em Paris, onde Jaurès, Anatole France, Vaillant protestam contra os métodos de repressão utilizados pela monarquia espanhola.

Os militares não se preocupam com as consequências internas das suas desdidas em Marrocos, que provocaram estas perturbações. Uma força de quase 40 000 homens estacionada em Marrocos dá-lhes a esperança de reconquistar na África do norte um território colonial apto a

dourar o brasão de um Exército enegrecido pelos malogros na América. Na mesma época, a França está fortemente comprometida em Marrocos e tem de enfrentar uma vigorosa ofensiva das tribos guerreiras. Mas isso não a faz ceder terreno à Espanha, cujas intenções, depois dos acontecimentos de Melilla, não se podem já dissimular. No fim de difíceis negociações, é assinado um tratado de protetorado, a 27 de novembro de 1912, que garante à Espanha uma zona de influência. As suas tropas aproveitaram a ocasião que lhes era oferecida para ocupar Larache, Arzila e Ksar-el-Kébir. Os territórios da Zona espanhola, colocados sob a autoridade do sultão, representado em Tetuão por um califa, serão administrados por um alto comissário espanhol. Tânger será objeto de um regime especial, a elaborar posteriormente. Esta implantação em Marrocos vai proporcionar ao Exército a ocasião de se organizar em bases novas e permitir-lhe fazer, em breve, a sua reparação no xadrez político, do qual estivera afastado alguns anos.

As forças novas, porém, com que o Governo de Afonso XIII terá em breve de contar, não se organizam na África do norte. Na Península, o proletariado está nas mãos dos sindicatos. O primeiro, criado em 1888, o UGT (Unión General de Trabajadores) de obediência socialista, em breve se tornará uma organização poderosa, que reúne e doutrina os seus militantes no quadro das «Casas del Pueblo» implantadas em todo o país; o seu dirigente chama-se Pablo Iglesias Y Posse. Depois da sua morte, dois chefes vão dominar esta organização: Largo Caballero, madrilenho autoritário, futuro ministro do Trabalho da Segunda República, e Indalecio Prieto, socialista liberal de Bilbao — ambos empenhados na mesma via, mas seguindo táticas diferentes, a ponto de nos momentos decisivos das futuras crises o seu antagonismo comprometer muitas vezes o sucesso das esquerdas, que encaram cada um em plano diferente. Nas vésperas da guerra civil a UGT reúne perto de um milhão e meio de adeptos.

Nascida mais tarde, em 1911, do agrupamento de numerosos sindicatos anarquistas e autónomos, a CNT (Confederación Nacional de Trabajo) vai caracterizar-se, nas crises proletárias, pela violência e pelo domínio anarquista dos seus militantes. Representa a tendência mais dura do proletariado e preconiza a ação brutal e o recurso ao terrorismo. Este anarco-sindicalismo vai, aliás, provocar o aparecimento da temível FAI (Federación Anarquista Ibérica), formada por grupos clandestinos

aptos a levar a cabo as ações revolucionárias mais violentas. Devem sublinhar-se os matizes entre as filosofias e os métodos dos dois sindicatos, cujos sócios efetivos se desenvolvem paralelamente, em proporções mais ou menos semelhantes, com uma vantagem, no entanto, notável para a UGT. A influência considerável dos sindicatos nos acontecimentos que vão, entre 1920 e 1936, culminar na revolução, é claramente sublinhada pela análise da sua implantação recíproca no conjunto do país, como se pode depreender do estudo de P. Broué e E. Témine, consagrado ao movimento operário espanhol: «... É a CNT que organiza os operários da indústria na Catalunha, onde a UGT só tem uma existência reduzida. É também a CNT que organiza os *braceros* da Andaluzia. Mas a UGT domina sempre os mineiros das Astúrias e do Rio Tinto, os operários metalúrgicos de Bilbao e a região de Madrid. Nas zonas onde domina a outra, cada central conseguiu, no entanto, organizar fortes minorias, cuja influência é apreciável. A UGT conta com organizações sólidas em Córdova, Sevilha, Málaga e em todas as cidades andaluzas. É ele que agrupa os jornaleiros das províncias de Badajoz, Cáceres, Sevilha. A CNT conseguiu implantar-se em Madrid, onde domina a maioria dos operários da construção civil, urna das corporações mais combativas. E nas Astúrias, os metalúrgicos CNT de La Felguera e de Gijón fazem uma séria concorrência na influência aos mineiros de Mieres ou Sarna.

«No País Basco, se a UGT tem a preferência em Bilbao, sofre a séria concorrência das *solidariedades* nacionalistas, e a CNT apenas recruta adeptos nas camadas de operários de mão de obra estrangeiros ao país. Em Valência, os anarquistas vigiam os *dockers*, mas a UGT é poderosa nas fábricas. A Federação dos trabalhadores da terra da UGT fiscaliza os operários da região central, ao passo que os trabalhadores das regiões periféricas se ligaram à CNT. No entanto, a orientação radical da UGT nos últimos anos tende a atenuar a tradicional divisão que lhe interditava a adesão das camadas mais privilegiadas e relativamente mais conservadoras do proletariado, enquanto as hesitações do CNT não são favoráveis para ganhar a adesão dos elementos mais resolutos.»

O que é sobretudo notável, neste balanço, é notar-se claramente a influência profunda que os sindicatos exercem sobre o proletariado urbano e rural, ao passo que, do lado do governo, nenhuma doutrina, nem nenhum chefe, consegue conquistar o coração e o espírito destes

milhões de trabalhadores. Por outro lado, estas massas, tanto mais sensíveis à evolução das correntes políticas quanto a sua situação social não deixa de piorar, não interessam somente aos dirigentes dos sindicatos: os comunistas estalinistas e, mais tarde, os dissidentes, entre os quais os trotskistas do POUM (Partido Obrero de Unificación Marxista) tentarão ocasionalmente tomar o lugar dos chefes sindicalistas para animar, com fins políticos particulares, os movimentos revolucionários destinados a destituir o regime monárquico. Será durante e depois da guerra de 1914 que as forças vivas do país darão à ação reivindicativa novas formas e maiores dimensões.

Tinha-se acusado, sem motivo de qualquer prova, Afonso XIII de ter prometido ao imperador Guilherme 200 000 homens na frente dos Pirenéus em caso de conflito franco-alemão. Na realidade, a Espanha ficou neutra, embora obrigada a praticar uma política de equilíbrio entre os antagonistas e de suster, internamente, medições de força entre germanófilos e francófilos e neutralistas. No plano económico, a neutralidade foi favorável e contribuiu sobretudo para o enriquecimento da burguesia, cujas empresas beneficiaram de um notável aumento de encomendas. Mas o proletariado em nada aproveitou desta circunstância e os motivos de agitação social não desapareceram.

Desde 1915 que numerosas greves afetam diversos setores industriais; uma greve geral revolucionária abala o regime em 1917. Embora os dirigentes não estivessem de acordo sobre métodos, a UGT e a CNT aliaram-se parcialmente para assegurar o êxito do movimento, que teve toda a sua amplitude em agosto de 1917. Estalam motins em Madrid e Barcelona. Os republicanos pensam que as circunstâncias lhes são bastante favoráveis para formular as reivindicações que põem em causa o regime. Com efeito, pedem a formação de um Governo provisório, que assegure os poderes da Monarquia e prepare a instauração da República. O Governo só pode ripostar a esta prova de força se o Exército lhe continuar fiel. Nada é mais inseguro, pois que, há vários meses, as juntas de oficiais põem em causa a política de governos sucessivos, denunciando a sua incapacidade para promover as reformas que garantiriam, pelo seu alcance social, a manutenção da ordem no país. É pois neste Exército, novamente minado pelo vírus político, que o governo contestado tem

de confiar para dominar os motins operários. No instante da escolha, as juntas tomam o partido da Monarquia. A revolta é esmagada mas o rei tem de pagar o preço deste relativo êxito, designando um Governo que tenha a aprovação dos militares. O Exército confirma assim o seu regresso à arena política.

Era preciso, mais ainda do que estes inquietantes alertas, para que a maioria governamental tomasse consciência da necessidade de certa permanência das equipas dirigentes. Seguidamente à guerra mundial, as mudanças de ministérios são moeda corrente: 13 crises totais, 30 parciais, em seis anos. Esta deplorável instabilidade alimenta as polémicas dos opositores ao regime, que encontram além fronteiras, na experiência bolchevista, a fonte de novos fermentos revolucionários. Mas as alianças concluídas entre republicanos e sindicalistas não são mais sólidas do que aquelas que episodicamente ligam os detentores da maioria. O proletariado continua desunido; inúmeros movimentos grevistas preparados nas grandes regiões industriais falham por sua vez. Qualquer tentativa insurreccional está comprometida pela atitude do Exército, que continua fiel ao regime. Todavia, os militares exasperam-se com a incuria dos governos de civis, que provaram, durante quase meio século de monarquia constitucional, a sua incapacidade de estabelecer em Espanha uma ordem política e social aceitável. Cúmulo do paradoxo: será um lamentável malogro do Exército em Marrocos que irá dar aos oficiais a ocasião de assumir o poder em Madrid, voltando à fórmula já clássica do «pronunciamento».

A 13 de setembro de 1923, o general Miguel Primo de Rivera, marquês de Estella, comandante-geral da Catalunha, assume o poder.

A 21 de julho de 1921, uma derrota militar que lembra a que foi infligida ao general Marina doze anos antes, no Barranco do Lobo, perto de Melilla, sensibiliza, justamente, a opinião espanhola: Abd el-Krim, chefe da resistência do Rif à penetração franco-espanhola em Marrocos, infligiu às tropas do general Sylvestre, que tentavam estabelecer ligações entre Melilla e o pequeno porto de Alhucomas, uma terrível derrota em Annual. Balanço: 12 000 mortos, entre os quais o próprio general, 1500 prisioneiros e a debandada de milhares de combatentes! Melilla foi invadida: é preciso pedir reforços da Península para libertar as guarnições.

Na Espanha, a indignação sobe ao auge. A imprevidência e falta de habilidade dos chefes militares suscita a cólera popular. Os responsáveis

civis e militares são acusados perante as Cortes; as sanções não têm seguimento. Pelo seu lado, o Exército prepara a sua vingança, consegue alguns êxitos, mas Abd el-Krim é um adversário difícil, que retribui todos os golpes.

Durante perto de dois anos, os governos, desorientados por esta crise marroquina, são incapazes de a remediar: é-lhes igualmente difícil, quer tomar partido contra os militares, correndo assim o risco de fazer o Exército passar para o campo da oposição, quer defendê-los, provocando deste modo a cólera das paixões populares. A impotência governamental raramente fora tão evidente e escandalosa. Ao rei falta a coragem que seria necessária a um árbitro e, assim, tocam os sinos a rebate no que respeita à monarquia constitucional. Nada poderia agradar mais ao rei do que uma solução imposta: esta toma a forma de um «pronunciamento», anunciado a 13 de setembro de 1923, em Barcelona, pelo general Miguel Primo de Rivera, que irá abrir então uma era de sete anos de ditadura:

«Temos a razão pelo nosso lado — proclama ele — por isso temos a força, se bem que até aqui tenhamos feito uso desta com moderação. Se houver qualquer tentativa para nos empenharmos num compromisso que, em consciência, consideramos desonroso, exigiremos sanções mais graves e impô-las-emos com maior severidade. Nem eu nem as guarnições de Aragão, das quais acabo de receber apoio por telegrama, nada aceitaremos além de uma ditadura militar. Se os políticos tentam defender-se, nós faremos a mesma coisa, contando com o apoio do povo, cujas reservas de energia são grandes. Hoje, estamos decididos pela moderação, mas não recuaremos perante o derramamento de sangue.»

Ainda não tinha soado a hora de ponto extremo tão dramático: Miguel Primo de Rivera pôde exercer a sua ditadura, durante um período de sete anos, num ambiente relativamente calmo.

Os militares assumiram o poder. Estão decididos a conservá-lo um certo tempo, pelo menos até que se consiga um mínimo de ordem na gestão dos serviços públicos. Um diretório militar, composto por oito generais e um almirante, toma a direção das operações. Sem ser fascista, Primo de Rivera usa processos que se inscrevem na tradição das ditaduras clássicas:



dissolução do regime parlamentar e instituição de um partido único, a União Patriótica.

Aproveitando a lição dos acontecimentos que lhe haviam aberto a via do poder, esforça-se, em primeiro lugar, por sanar os acontecimentos marroquinos e toma pessoalmente o comando das tropas que enfrentam Abd el-Krim. Conduz habilmente a campanha, no decurso da qual a cooperação das tropas franco-espanholas leva, não sem dificuldade, à rendição, em maio de 1926, do chefe do Rif. A pacificação de Marrocos, que valera à Espanha tantos dissabores desde o princípio do século, contribui grandemente para firmar o prestígio pessoal de Primo de Rivera.

Tendo assim resolvido o problema que havia colocado no primeiro plano das suas preocupações, o general completa o seu Ministério, cujas portas são abertas a civis; confirma assim o pouco gosto que sente por uma ditadura exclusivamente militar. Primo de Rivera adota a divisa «Pátria, religião, monarquia» que emana da tradição mais conservadora. Mas embora lhe faltasse bastante senso político, não era desprovido de intuição, nem de coragem, e desejava acima de tudo fazer sair a Espanha do abismo político e social em que se afundava. É deste modo, nomeadamente, que ele encoraja a política económica e financeira do seu jovem ministro, Calvo Sotelo, antigo governador de Valencia. Este põe em prática importantes reformas que devem permitir, numa larga escala, renovar a economia nacional e endireitar a situação do Estado, que mete ombros ao financiamento de grandes empresas públicas.

Na mesma ordem de ideias, para lutar contra o desemprego e melhorar a condição operária, o general pratica uma política de grandes trabalhos e de encorajamento à expansão industrial. Tenta adaptar um sistema corporativo liberal na esperança de pôr termo à luta de classes: certas colaborações, como a de Largo Caballero, que aceita tornar-se conselheiro de Estado, levam-no a pensar que terá êxito a longo prazo, embora a tarefa seja ingrata e relativamente utópica num país onde os antagonismos de classe são particularmente exacerbados. Por fim esboçam-se algumas tentativas de solução do problema agrário, mas são demasiadamente modestas para provocar a mínima mudança na condição social dos rurais.

Sejam quais forem as dificuldades da empresa, Primo de Rivera confia no futuro, com a condição de que o regime disponha de suficiente tempo para atingir os seus objetivos: «A visão do que será a Espanha

dentro de cinco anos — diz ele em 1928, cinco anos depois de ter assumido o poder —, a Espanha de 1933 não pertence ao domínio da fantasia. Tomando como ponto de partida o espetáculo que hoje se oferece aos nossos olhos, vinte e cinco milhões de habitantes instruídos, compreensivos, trabalhadores, tolerantes, inspirados pelo fogo divino do amor e da doutrina de Cristo, vejo-a constituindo uma grande sociedade positivamente democrática, onde o respeito pelo poder fortificará o poder que dela emana... Um Estado providente, representado por um governo estável, em que se afirmará a dupla autoridade da Coroa e da opinião pública.»

Este ditador tinha, em suma, uma grande boa vontade. Mas não foi retribuído. Os diferentes grupos tradicionais de opositores não perderam em nada o seu vigor: greves proletárias, separatismo catalão, conflitos rurais figuram sempre na lista de preocupações governamentais, às quais se acrescenta a hostilidade dos financeiros. Os próprios militares desligam-se de Primo de Rivera, que tem de fazer frente a alguns movimentos sediciosos nos corpos militares e a um «pronunciamento» esboçado em Ciudad Real, com a cumplicidade dos militares, por Sanchez Guerra, chefe dos conservadores.

A Espanha continua igual a si própria: a estabilidade não parece decididamente ser feita para lhe convir. O ditador sente que o domínio do país lhe escapa. Em vez de ser derrubado por qualquer revolução de palácio, ele interroga cândida e democraticamente os capitães generais e pergunta-lhes, a 26 de janeiro de 1930, se eles desejam a sua permanência no poder: em caso contrário, demite-se. As respostas são, na maioria, desfavoráveis. Primo de Rivera cumpre os termos da sua afirmação. Pede a demissão e comenta o seu afastamento com amargura: «... E agora, um pouco de repouso, depois de 2326 dias de sobressaltos, responsabilidades e trabalho!» Afonso XIII, que se regozijara com o «pronunciamento» de 1923, não lhe dará qualquer apoio. Mas o general não goza muito tempo o repouso que evoca. Abandonado por aqueles que mais lhe devem, troca a Espanha por Paris e ali morre subitamente, algumas semanas mais tarde, num modesto hotel da rua do Bac. Depois do malogro da tentativa semiditatorial de Primo de Rivera, parece que a balança política tem de se voltar para outro regime. Mas em Espanha já se experimentou um pouco de tudo, e é preciso reconhecer que, de um regime para outro, tudo se saldou por outros tantos malogros.



O rei Afonso XIII



Miguel Primo de Rivera



Calvo Sotelo



O presidente da República, Azaña,  
rodeado pelos ministros



Dolores Ibarruri, a «Pasionaria»



Os generais rebeldes Queipo de Llano e Sanjurjo



José António Primo de Rivera, líder da Falange



André Malraux num comício republicano

O prestígio da casa real está duplamente atingido pela demissão de Primo de Rivera, pois a semiditadura, que fora exercida sob a égide do rei, não permitira solucionar os problemas-chave. Mas uma vez desaparecido o ditador, tornam Afonso XIII mais responsável, porque não lhe perdoam a ingratidão para com o general, cuja autoridade havia garantido, durante alguns anos, a perenidade do regime.

A popularidade da monarquia está ao mais baixo nível possível. O interesse popular pelo soberano é novamente posto em causa em todos os meios, do mesmo modo que o povo, os militares, a Igreja, a burguesia, os financeiros recusam-se a apoiá-lo. Mas Afonso XIII não se decide a abandonar o poder por isso. Vai tentar reconduzir outro general, Berenguer, para a experiência de Primo de Rivera. Deste modo, dá mais crédito a um velho militar do que este merece, rico de boas intenções mas totalmente desprovido de experiência política. Só encontra apoio junto de certos meios conservadores pouco influentes. O seu Ministério inconsistente tem de ser remodelado várias vezes.

Durante este tempo, a oposição reforça-se, volta a semear a agitação, prepara o futuro, compreendendo-se, de tal modo, que esta experiência está condenada a curta duração. Os antimonárquicos de todas as fações assinam, a 17 de agosto de 1930, em San Sebastian, um pacto que prevê, ao mesmo tempo, a instauração da República, a autonomia da Catalunha e a entrada em vigor de uma reforma agrária de grande envergadura. Os sindicatos reforçam a sua tutela sobre o proletariado e preparam o período que se seguirá à monarquia.

No fim do ano, os Republicanos tentam apressar esta iniciativa, lançando uma proclamação que encoraja à revolta: «Uma necessidade apaixonada de justiça jorra das entranhas da nação. Pondo as suas esperanças numa república, o povo está já na rua. Queríamos ter dado a conhecer os desejos do povo pelos meios legais, mas essa via foi-nos vedada. Quando pedimos justiça, recusaram-nos a liberdade. Quando pedimos liberdade, ofereceram-nos um parlamento dirigido, análogo aos do passado, baseado em eleições fraudulentas, convocado por uma ditadura, instrumento de um rei que já violou a Constituição. Não procuramos a solução extrema, uma revolução; mas a miséria do povo emocionou-nos profundamente. A revolução será sempre um crime e uma loucura enquanto existe a lei e a justiça. Mas é sempre justa quando a tirania domina.»

Estas declarações são ouvidas em Aragão, em Jaca, por dois jovens capitães, Fermín Galán e García Hernández, que incitam a guarnição à revolta e tentam um «pronunciamento». A sua empresa é coroada de êxito, graças ao apoio de diversas autoridades locais. Mas a falta de coordenação comprometeu a tentativa. Os dois oficiais proclamaram demasiado cedo a República. São presos, julgados pelo tribunal marcial de Huesca e condenados à morte por rebelião. A oposição fará deles heróis. Com uma diferença de quarenta e oito horas, alguns oficiais da Força Aérea da base de Madrid preparam outra revolta. Como prelúdio das operações previstas, dois aviões lançam sobre a capital, e sobre a parada dos quartéis, manifestos em que revelam os seus objetivos: «Soldados... na noite passada rebentou em toda a Espanha o movimento republicano há tanto tempo esperado e desejado por aqueles que estão ansiosos de justiça... Se o vosso quartel não se submeter, será bombardeado dentro de meia hora. Soldados, viva a Espanha e viva a República!» Mais uma vez, a revolta sairá gorada. No entanto, voltaremos a falar de um audacioso aviador de bailado aéreo de propaganda: o comandante Ramón Franco, irmão do futuro Caudillo. E também de um outro, o general Queipo de Llano...

Isto é demais para Berenguer. Tenta convencer os partidos políticos da sua boa vontade e anuncia, para um futuro muito próximo, eleições municipais. Cansado de esforços vãos, pede a demissão a 14 de fevereiro de 1931. Afonso XIII não cede ainda. A direção do novo governo é confiada ao almirante Aznar, com quem colaboram, nomeadamente, Romanones, García Prieto e o chefe do partido regionalista, Francisco Cambó. À cabeça do seu programa está inscrita a organização de três séries de consultas eleitorais: municipais, gerais e constituintes.

Primeira etapa, as eleições municipais terão lugar no domingo 12 de abril: estas constituirão um teste capital. O veredicto é, aparentemente, bastante favorável aos monárquicos, que recolhem 22 150 lugares, enquanto que a aliança dos republicanos e socialistas lhes fará perder 5875. Mas é preciso ter em conta outros fatores determinantes; a análise do escrutínio demonstra, com efeito, que se as vilas e as pequenas localidades, onde as pessoas influentes dirigem muitas vezes o jogo eleitoral em proveito do poder, votaram a favor dos monárquicos, a oposição triunfa na maior parte das grandes cidades. Quarenta e cinco das cinquenta capitais de província pronunciaram-se contra a maioria.

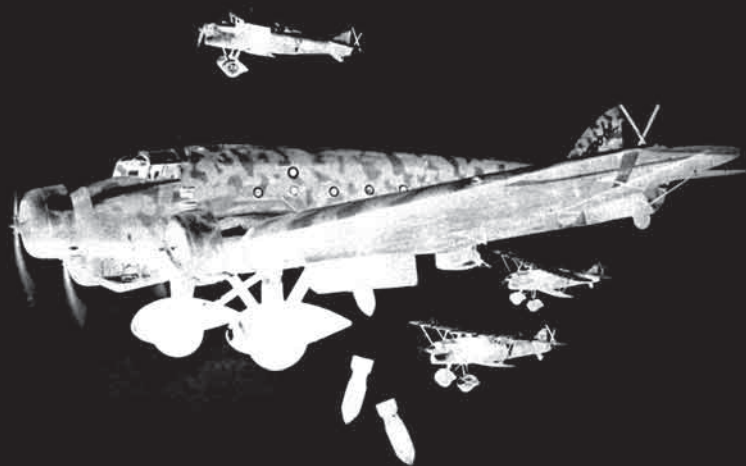


Assim que os resultados foram conhecidos nas grandes cidades, os republicanos tomaram o poder sem outra forma de processo. O Governo central não reagiu: Afonso XIII não queria encarar a possibilidade de um confronto armado entre os vencedores do dia e as forças da ordem. Os chefes do Exército não estão, aliás, muito seguros das suas tropas. O governo parlamenta com os dirigentes da esquerda para evitar qualquer efusão de sangue e para assegurar, numa relativa calma, a transição eventual da monarquia para a república, pois parece não haver outra alternativa. Fortalecidos pelo êxito, os Republicanos são intransigentes: exigem a deposição do rei, aumentando assim uma das preocupações imediatas dos fiéis ao soberano, que o aconselham — por outras razões — a deixar Madrid antes que seja demasiado tarde.

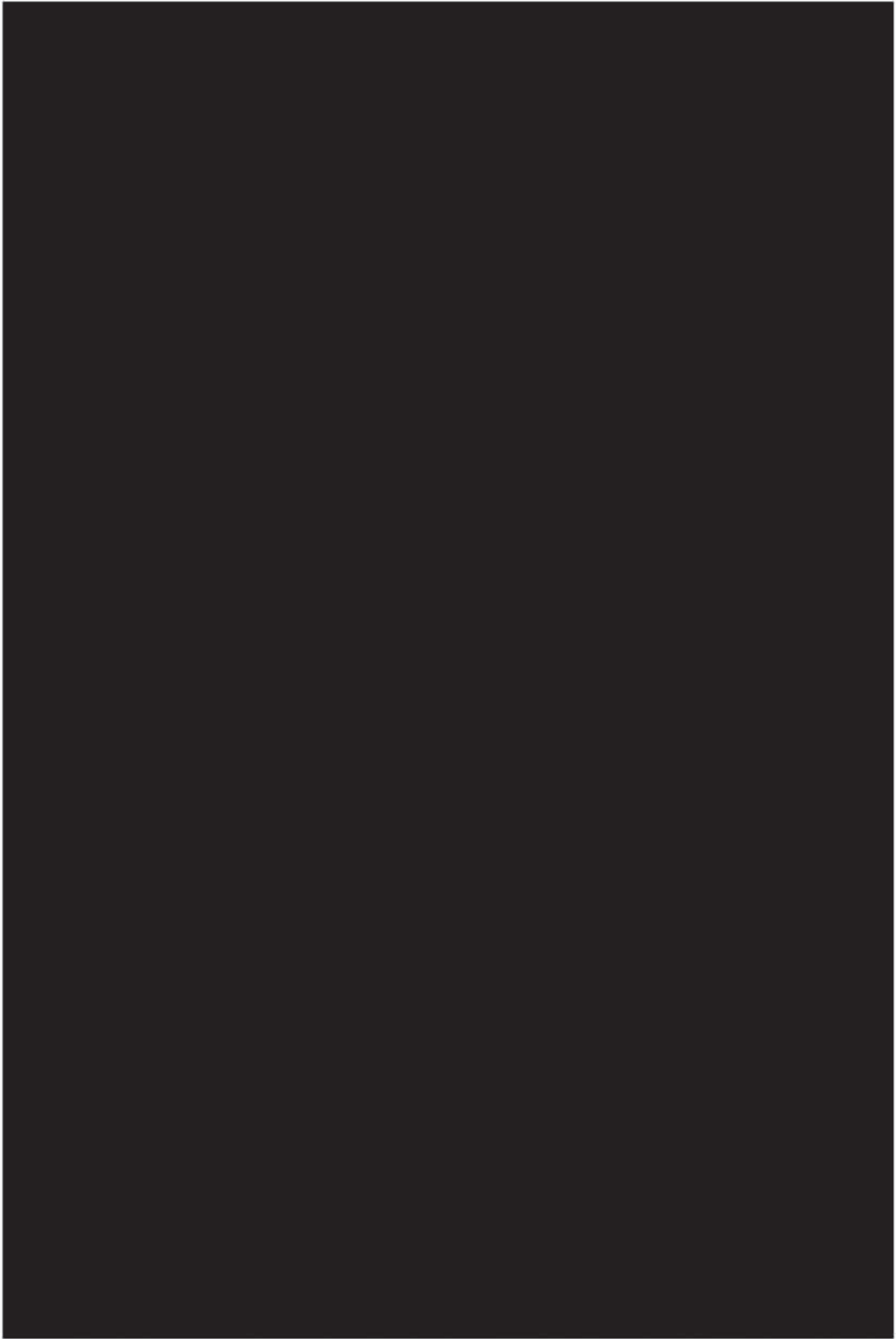
Algumas horas antes de abandonar o palácio real, na noite de 14 de abril, Afonso XIII faz difundir uma declaração em que se despede do seu povo sem, no entanto, abdicar: «As eleições de domingo mostraram que não sou já amado pelo meu povo. Poderia facilmente encontrar meios de manter os meus poderes reais contra todos, mas estou resolvido a não tomar parte no confronto dos meus compatriotas numa guerra civil fratricida. Por isso, até que a nação tenha decidido, suspendo deliberadamente o uso das minhas prerrogativas reais.»

O rei deixa Madrid ao fim da tarde. Guia ele próprio um dos quatro automóveis do pequeno cortejo, que se dirige, durante a noite, para Cartagena. De madrugada, Afonso XIII embarca no cruzador «Príncipe Afonso». A bandeira vermelha flutua sobre a Casa do Povo de Madrid. O estandarte republicano violeta-amarelo-vermelho ornamenta as ruas da capital. A era dos Bourbon acabou numa relativa indiferença. O povo está todo entregue à alegria que suscita a instauração da República. A revolução fez-se no ambiente festivo de uma imensa feira. Trará o nascimento eufórico da II República à Espanha — e ao mundo, que calcula já as suas capacidades de êxito — o fim do caos político, de que sofre há um século?





A FRENTE POPULAR



**A** Espanha é, decididamente, o país dos paradoxos. A República saiu vitoriosa mas é um antigo ministro da monarquia que irá presidir ao governo provisório: o católico e republicano moderado Alcalá Zamora, advogado andaluz de sessenta e nove anos. Miguel Maura y Gamazo, ministro do Interior, partilha as convicções políticas e religiosas do presidente do Conselho. Os seus principais colaboradores, pelo contrário, são radicais ou socialistas. A maioria tem graus elevados na franco-maçonaria; o seu anticlericalismo é muitas vezes violento e esta orientação filosófica terá uma incidência sobre as escolhas políticas dos próximos meses. O chefe de fila da luta contra a Igreja, Manuel Azaña y Diaz, ministro da Guerra, será mais tarde considerado o homem forte da República, na qual aliás ascenderá até à presidência. O radical Alexandre Lerroux, outrora instigador das revoltas em Barcelona, hoje muito mais ponderado, será ministro dos Negócios Estrangeiros. Os socialistas estão representados pelos dois grandes rivais do movimento e dos sindicatos: Prieto, ministro das Finanças, e Francisco Largo Caballero, ministro do Trabalho. O ministro da Marinha, Casares Quiroga, companheiro de luta de Azaña, ocupará as funções de primeiro-ministro no princípio da guerra civil.

Pelas suas origens, formação, filosofia, estes homens, investidos subitamente nas responsabilidades do poder, constituem uma equipa bastante heterogénea, mas estão condenados, pelas circunstâncias, a entenderem-se e, juntos, a meterem ombros às reformas complexas que o país espera do novo regime. Desde o início estabelecem um programa

de trabalho. Os acontecimentos correrão mais depressa do que eles e hão de impor-lhes uma lei que transformará os seus projetos e comprometerá o belo entusiasmo das primeiras semanas da República. Apesar da insistência dos seus colegas, Alcalá Zamora e Maura fazem tudo o que podem para que o problema das relações entre o Poder e a Igreja não figure no primeiro plano das suas preocupações. Na sua opinião, é preciso abordar esta questão, tão delicada na Espanha devido às tradições e às realidades, depois de um certo tempo de reflexão, num espírito construtivo e destituído de qualquer matiz partidarista. A atitude adotada pelo Clero desde a instauração da República deveria constituir um argumento de peso em favor desta tática. Com efeito, o Clero espanhol aceitou a mudança de regime sem reticências. Há muito que a Igreja se desligara da fraca monarquia dos Bourbon; se não a hierarquia, pelo menos a grande maioria dos padres está disposta a estender a mão aos republicanos, nas fileiras dos quais militam, aliás, numerosos católicos. Os membros do baixo clero estão estreitamente imiscuídos em vilas e cidades, na vida, nas preocupações, na miséria do proletariado: por isso desejam profundamente reformas suscetíveis de melhorar a condição penosa em que vive a grande maioria do povo espanhol. Tomam assim partido contra os grandes proprietários de terras, mas partilham demasiado os sofrimentos dos outros para que lhes possam ser indiferentes e para não desejarem remédios radicais.

É incontestável que, desde a proclamação da República, embora não tenha participado em manifestações públicas em favor do regime, o Clero concedeu-lhe um parecer favorável. Mas o anticlericalismo visceral dos membros influentes do Governo não deixará de deteriorar uma situação que permitiria que as relações entre a Igreja e o Estado se instaurassem em bases novas num clima de confiança mútua. Bem pelo contrário, em breves alusões mais ou menos veladas, habilmente calculadas, permitem compreender os desígnios dos que pretendem pôr em causa a liberdade religiosa e a posição privilegiada do Clero na Nação. Noutros termos, os republicanos querem ajustar contas antigas com a Igreja. Oferecem assim aos membros mais intransigentes da hierarquia, profundamente hostis à República e aos homens que a encarnam, oportunidade para formularem as suas reservas mal dissimuladas desde a partida do rei.

Passa-se rapidamente deste malévol estado de observação às ameaças veladas. O cardeal Pedro Segura y Saenz, jovem arcebispo

de Toledo, primaz da Espanha, homem de alta cultura, de inteligência brilhante posta ao serviço de um fanatismo ardente, irá imprudentemente iniciar as hostilidades contra os adversários declarados da Igreja. Publica, a 7 de maio, uma carta pastoral em que, para melhor pôr em evidência a sua hostilidade ao regime, rende uma vibrante homenagem a Afonso XIII e à monarquia. Dirigindo-se aos republicanos e a todos os que põem em causa a religião católica, lança um aviso:

«... Se ficarmos calmos e despreocupados, se nos deixarmos arrastar pela apatia e pela timidez, se permitirmos que se abra caminho aos que tentam destruir a religião ou se contarmos com a benevolência dos nossos inimigos para assegurar o triunfo das nossas ideias, não teremos direito a lamentarmo-nos quando a amarga realidade nos mostrar que tínhamos a vitória nas mãos, mas que não soubemos combater como intrépidos soldados, prontos a sucumbir gloriosamente.»

Os adversários da Igreja encontram nesta mensagem o detonador que irá, de certo modo, justificar a contraofensiva. Nos dias 10 e 11 de maio estalam graves desordens em Cartagena e em Madrid, onde o Clero paga a fúria dos revoltosos. O Governo não ousa intervir e correr o risco de um confronto entre o serviço de ordem e o povo, o que poria em xeque o futuro imediato e o novo prestígio da jovem república: «Prefiro ver destruídas todas as Igrejas a arriscar a vida de um só republicano!» — dirá Manuel Azaña.

Os incidentes degeneram, a multidão lança-se ao assalto dos conventos, pilha, incendeia as igrejas. Acontece o mesmo na província, onde os edifícios religiosos são destruídos pelo fogo, em Córdova, Valencia, Málaga, Alicante, Sevilha, Cadiz.

Esta chama popular é desastrosa para o Clero, mas é muito perigosa para o Governo, na medida em que mostra que este é incapaz de assegurar a manutenção da ordem. Além disso oficializa a abertura de um conflito com a Igreja, cuja influência será considerável. Embora tenha tido necessidade de proceder à expulsão do cardeal Segura para não se mostrar fraco (o purpurado voltaria clandestinamente à Espanha, no dia 11 de junho, para presidir, em Guadalajara, a uma reunião de altos dignitários da hierarquia católica, o que lhe valeu ser expulso novamente três dias mais tarde), o governo preocupa-se em acalmar os ânimos. Consegue-o parcialmente.

Este foi o primeiro alarme desde os começos da República. Era preciso

consolidar, sem demora, o edifício. O melhor meio de que os Republicanos dispõem é confirmar o seu êxito das eleições municipais com igual vitória ao nível das Cortes. O governo decide, a 3 de junho, convocar uma assembleia constituinte. As eleições de 28 de junho de 1931 dão aos republicanos uma larga maioria. Dispõem de 377 votos (116 socialistas, 90 liberais da tendência Azaña, 90 radicais, 22 progressistas, todos mais ou menos diretamente ligados aos dirigentes atuais, aos quais se juntam 43 membros da *Esquerra Catalane* e 16 autonomistas galegos). A oposição fica reduzida à sua expressão mais simples: 60 eleitos. O ministério sai aparentemente reforçado deste confronto popular. No entanto, a partir do verão seguinte, irá tomar contacto com difíceis experiências de força, suscitadas pelos anarquistas da CNT. Rebutam greves gerais «duras» em Sevilha e San Sebastian. Para se defender, o Governo tem de fazer apelo ao Exército. Há a deplorar dezenas de mortos. Depois dos incidentes de origem religiosa, é um novo aspeto das dificuldades com que vai deparar este governo e os que lhe seguem. Os republicanos tinham ainda mais razões para contar com a paz social que lhes permitisse empreender reformas a longo termo porque o ministro do Trabalho é um socialista militante, chefe de fila da UGT, Largo Caballero. Mas as greves foram provocadas pelos seus rivais da CNT... Assim fica ilustrada uma das dominantes da situação interna: era preciso, em primeiro lugar, achar os meios de pôr cobro aos conflitos de clãs e pessoas para restabelecer a paz social e política. Isto leva a supor que muitos homens de boa vontade se deixariam convencer da prioridade deste imperativo.

É portanto impensável que o novo governo — o antigo reconduzido — tome medidas sociais espetaculares. Por falta de tempo na preparação de projetos de dimensões comparáveis aos problemas latentes, anuncia-se o estudo da reforma agrária e deixa-se prever que a sua aplicação dará lugar a espetaculares mudanças de estrutura. Enquanto esperam que estes projetos apareçam à luz do dia, os republicanos creem poder satisfazer certas reivindicações dos sindicatos e do proletariado, fazendo uma depuração no Exército. O método não se revela excelente, tendo em conta, nomeadamente, um facto: ao contrário da Igreja, após a queda da monarquia, o Exército aceitara a República e servia-a sem pensamentos reservados — pelo menos a maioria dos seus oficiais e soldados. Em lugar de afastar unicamente os oficiais generais e alguns outros, cujos sentimentos antirrepublicanos se não podem dissimular e dos quais se poderia temer que experimentassem, caso tivessem ocasião,



como os seus predecessores, o jogo perigoso dos «pronunciamentos», o ministro da Guerra faz cortes profundos em todo o corpo de oficiais. As medidas adotadas, que dizem respeito tanto às modalidades de promoção como à suspensão de algumas vantagens adquiridas, irritam os militares. Não perdoarão. Por outro lado, a «Guardia Civil», instituição muito antiga, verdadeira polícia ao serviço da ordem pública, ferro de lança dos ministros do Interior do antigo regime, vê ser-lhes retirada a maior parte das suas atribuições, dadas a um novo corpo que a secundará, os «Asaltos», cujo recrutamento é condicionado pelo credo político. Através destas decisões, o Governo cria rancores que hão de exprimir-se na primeira ocasião.

O objetivo principal da assembleia eleita em junho de 1931 consiste em dar forma a uma Constituição. A nova Carta do Povo da Espanha é votada pelas Cortes a 9 de dezembro de 1931. Isto não se fez sem dificuldade nem crises: hostis ao rigor das disposições respeitantes à Igreja, Alcalá Zamora e Miguel Maura apresentam a sua demissão. O anticlericalismo cego de Azaña levou a melhor sobre o bom-senso dos católicos liberais e sobre as tradições de um povo, no seio do qual, há séculos, a Igreja e a religião católica ocupam um lugar privilegiado. Ninguém negava então, senão os extremistas, que soara a hora de transformar as estruturas e limitar os domínios de influência da Igreja na vida do povo espanhol. Mas o método forte empregado por Azaña só fez suscitar crises de consciências como origem de antagonismos ao governo. A constituição implica, nesta matéria, a aplicação dos princípios seguintes, além da separação da Igreja e do Estado:

- Supressão, ao fim de três anos, do salário conferido aos padres, instituição do divórcio por acordo mútuo, expulsão dos Jesuítas.
- Proibição do ensino pelas congregações.
- Necessidade de autorização prévia para se sair em procissão.
- Obrigação das escolas livres de «dispensarem o ensino dos ideais de solidariedade humana».
- Proibição de fazer enterros religiosos «em todos os casos em que o defunto não o tenha expressamente pedido».

...

À margem desta enumeração, não se pode impedir a evocação da grande crise nas relações entre a Igreja e o Estado na França, uns trinta anos antes; mas, para a Espanha, é uma verdadeira revolução. No entanto, Azaña defende a sua política, bradando nas Cortes: «Não me digam que isto é contrário à liberdade. É uma questão de salubridade pública.» Será, sem dúvida, a opinião dos anticlericais; mas obrigam, de certo modo, os católicos liberais hostis, por um lado, às tomadas de posição antirrepublicanas da hierarquia a fazer uma escolha entre os prelados retrógrados e o «Anticristo».

Azaña quer ir depressa demais numa Espanha onde havia tanto a fazer, noutros domínios, para reconciliar os homens e as tendências. Alexandre Lerroux, cuja passada intransigência para com a Igreja não permite duvidar das suas convicções, comenta com rigor as opções assim definidas: «A Igreja não manifestou hostilidade sistemática à República. A sua influência é evidente sobre um país tradicionalmente católico. Provocar uma luta, quando o novo regime acaba apenas de nascer, é injusto, impolítico, completamente insensato.» Apesar de tudo, ganha Azaña. E a demissão do presidente do Conselho católico leva-o à presidência do governo. É então que surge uma vez mais a «ligeireza» dos dirigentes políticos: Alcalá Zamora aceita tornar-se presidente da República... Mais lógico consigo próprio e fiel às suas convicções, escandalizado por esta situação paradoxal, Lerroux pede a demissão, arrastando com ele os ministros radicais: o bloco republicano e socialista, vencedor dos dois escrutínios precedentes, municipal e legislativo, está doravante desunido. As maiorias de manhã não serão as de ontem.

A intransigência de Azaña valeu-lhe a consagração política. Mas este êxito é de mau agouro, pois, de 1931 a 1935, a jovem república irá conhecer, por sua vez, o regime impossível das crises permanentes: haverá 26 governos em quatro anos.

Estes acontecimentos políticos mal escondem a recrudescência da agitação social. Em janeiro de 1932, em Castilblanco, na província de Badajoz, alguns desempregados chacinam os Guardas Civis. Em Arnedo, na província de Logroño, uma greve resulta na morte de vários operários e numerosos feridos. A CNT fomenta greves revolucionárias em Barcelona, Sevilha, Córdoba, Bilbao, Málaga e na Corunha. A força pública tem de intervir por toda a parte. Assim comprometido, o Governo republicano não

pode harmonizar os seus esboços de paz social com as dolorosas realidades, cuja lei implacável vai sentir ao tentar minorar a amplitude das reações revolucionárias. As esquerdas reprovam a lentidão com que se elabora a reforma agrária tão esperada. Os Catalães protestam contra o atraso na elaboração do estatuto da sua província. Mas há demasiados movimentos nas esquerdas para que as direitas não sejam tentadas, também, a aproveitar a incapacidade do novo regime para governar. Deste modo, em agosto de 1932, irá recommençar a tradição dos «pronunciamentos». Desta vez a obra é de um militar muito popular, antigo combatente da guerra de Cuba e das campanhas do Marrocos, antigo comandante da Guardia Civil. Mais ou menos convencido da oportunidade e das possibilidades de êxito da operação, o general Sanjurjo, «o leão do Rif», é encorajado por alguns militares, monárquicos carlistas, a intervir.

A 10 de agosto, o general proclama-se capitão-general de Sevilha e define, no seu manifesto, os motivos da sua decisão: «Uma necessidade imperiosa de justiça brota das entranhas do povo, e nós estamos decididos a satisfazê-la... A revolução será sempre um crime ou um ato de loucura quando existem a lei e a justiça, mas é sempre justa quando a tirania domina.»

Em 1930, os adversários da monarquia tinham dito mais ou menos a mesma coisa, utilizando os mesmos termos!...

Rebelam-se algumas guarnições no norte, no centro e em Madrid. Mas o governo estava prevenido há muito do que se tramava. Azaña tomou precauções a tempo. Este «pronunciamento», votado ao malogro, veio em boa altura para servir a sua política. Sanjurjo procura salvar-se, fugindo. Prendem-no no momento em que se prepara para atravessar a fronteira portuguesa. É trazido para Madrid, julgado juntamente com perto de duzentos rebeldes. Condenado à morte, veria — apesar da oposição das esquerdas — a sua pena comutada em prisão perpétua. Prendem-no na penitenciária de Santoña. Amnistiado dois anos mais tarde, vai instalar-se prudentemente em Portugal e voltará ao primeiro plano da atualidade no princípio da guerra civil. Os seus companheiros de aventura são deportados para Villa Cisneros, no Sahara espanhol.

Seguidamente a esta série de peripécias, que emanam ora das direitas, ora das esquerdas, quando não de uma e de outra simultaneamente, o país vive alguns meses em descanso. O Governo Azaña aproveita este período para preparar ou promover reformas importantes respeitantes

mais particularmente à instrução pública, ao estatuto da Catalunha e à reforma agrária.

A constituição prevê que acabe o ensino religioso. As escolas primárias e secundárias livres fecham as portas no decurso do último trimestre de 1933. Em contrapartida, é preciso assegurar, ao mesmo tempo, a continuidade entre o ensino religioso e a construção de novos estabelecimentos, uma vez que o governo pretende escolarizar 350 000 crianças a mais. Apesar de muito louváveis esforços, o ministro da Educação Nacional, Marcello Domingo, não pode compensar completamente o ensino primário dado até então pelas ordens católicas. No entanto consegue aumentar o número global de crianças escolarizadas no ensino secundário: serão 70 000 no fim de 1932, em lugar de 20 000 precedentemente. Mas o ensino religioso continua por uma forma disfarçada: os padres, os religiosos, vestem como leigos.

Uma das grandes bases do problema social diz respeito à evolução da condição operária rural. Se é indispensável, com efeito, melhorar a sorte de três milhões de operários da indústria e das minas, é preciso sobretudo cumprir promessas que interessam o futuro de quatro milhões e meio de trabalhadores agrícolas. Mais de metade apenas dispõem dos proventos ganhos com um trabalho suplementar e não podem contar com o apoio da mais pequena nesga de terra. Em contrapartida, um terço das terras aráveis cultivadas pertencem a 50 000 proprietários, cujos trabalhadores agrícolas e rendeiros vivem em condições próximas da miséria.

A lei agrária aprovada pelas Cortes a 15 de setembro de 1932 constitui decididamente um passo em frente. Mas as zonas às quais ela se aplica constituem ainda um espaço reduzido. O ministro da Justiça, Largo Caballero, aprecia sem indulgência o projeto elaborado pelo Governo a que pertence e considera-o apenas o equivalente «a um comprimido de aspirina para curar uma apendicite». As propriedades da Coroa e as de 390 «grandes» de Espanha, nobres proprietários, são confiscadas sem qualquer compensação. Além disso, os domínios que excedem 400 hectares de pastagens, 150 hectares de vinhas, 300 de terras não irrigadas e 10 de terras irrigadas são expropriados com indemnização. Menos de dez mil famílias beneficiarão destas medidas: teria sido preciso muito mais para resolver um problema que dizia respeito a milhões de homens.

O estatuto da Catalunha é votado em setembro de 1932. Aquela

zona torna-se assim região autónoma. O catalão será a língua oficial, em pé de igualdade com o castelhano. Os direitos individuais, na região, são os mesmos que os fixados na constituição, a *Generalitat* da Catalunha é composta por um parlamento e um conselho executivo, verdadeiro Governo responsável pelas garantias constitucionais. A *Generalitat* tem poder legislativo, organiza a justiça de modo conforme à constituição, nomeia juizes e magistrados. No plano das finanças e da ordem pública, a *Generalitat* dispõe de poderes muito vastos. As quatro províncias da Catalunha transformam-se em governo. A adoção deste estatuto tem um longo alcance. Prepara, à escala nacional, o estabelecimento de estruturas federais em condições tão liberais que a autoridade do poder central corre o risco, em última análise, de ser posta em causa.

A ressonância do que fora decidido para a Catalunha é imensa e suscita reações instantâneas. Efetivamente, se alguns Catalães pensam que este estatuto é incompleto, porque não satisfaz todas as suas exigências de autonomia, outras províncias agitam-se e reclamam direitos, no mínimo, iguais.

É este, sobretudo, o caso dos Bascos, cujas tendências separatistas tomam raízes num sentido nacional particularista. Etnia diferente dos Espanhóis, orgulhoso da sua língua, das suas tradições, dos seus costumes, da sua religião, o povo basco aceitou mal a tutela dos Castelhanos. A pressão exercida sobre Madrid será tão forte que o governo tem de ceder. Os Bascos (a partir de 18 de julho de 1936) dispõem, por sua vez, de um estatuto especial. Mas, de agora em diante, será difícil refrear o ardor comunicativo dos separatistas das províncias de Valencia, de Castela e, sobretudo, da Galiza, cujo chefe de fila é nada mais do que o ministro do Interior do governo de Azaña, Casares Quiroga... futuro presidente do Conselho.

Por mais evidentes que sejam os desígnios construtivos dos homens do poder, nada é fácil. O passivo é muito pesado, os objetivos contraditórios, as necessidades imediatas desproporcionadas em relação aos meios disponíveis. O Governo republicano e socialista tem, por isso, ainda mais mérito em promover reformas em diferentes direções, já que o proletariado continua a agitar-se e a ameaçar a legalidade. Em abril de 1931, os operários julgaram que ia tudo mudar de um dia para o outro. O entusiasmo comunicativo, a adesão espontânea dos primeiros meses em breve se esfuma. A República oferece, sem dúvida, a esperança no advento

de uma era nova. Mas as realidades adaptam-se lentamente aos *slogans* políticos e sindicais mais proclamados. O proletariado pensa (e a CNT anarquista encoraja-o nisso) que não há limites às suas reivindicações e que o patronato terá de ceder perante pressões permanentes. As greves multiplicam-se e degeneram: o governo tem de intervir para que a lei seja respeitada. As paragens de trabalho repetidas entravam o florescimento industrial, comprometem a estabilidade das empresas.

Instaura-se o ciclo infernal com todas as suas consequências. Como corolário destes conflitos sociais, o desemprego aumenta. O processo de desagregação social desenvolve-se. Este caos incontrolável só pode ter como resultado novas crises políticas. Dir-se-ia que este país, amargurado por tantas dificuldades, está condenado irremediavelmente a suportar a lei das crises «de gavetas». As origens e os animadores da contestação têm doravante vários aspetos. O tempo do belo impulso republicano renovador está largamente ultrapassado. Em menos de dois anos de poder republicano, a esquerda e a direita provaram que era preciso contar com elas; o bloco republicano-socialista viveu, por seu lado, crises internas que o enfraqueceram fortemente. Com o correr dos meses, o Governo perdeu contacto com a opinião pública ou apenas o manteve através da intervenção das forças da ordem.

No fim de 1933, em poucas semanas, vão suceder-se três chefes de governo. Na primavera, as eleições municipais trouxeram a prova da perda de prestígio na maioria de Azaña: Alexandre Lerroux, principal aliado de outros tempos, é o artífice da sua derrota. Aproveitando a lição de uma situação sem saída, o presidente do Conselho pede a demissão. Lerroux vai suceder-lhe durante breve intervalo, perto de um mês. Um dos seus mais fiéis partidários, Martínez Barrio, toma o seu lugar. Ainda, desta vez, se trata apenas de um governo de transição. A situação é por demais confusa para que os republicanos tenham a menor esperança de readquirir, sem apoio de uma grande maioria, a autoridade necessária para governar.

É preciso renderem-se à evidência e tirar as conclusões lógicas: as eleições gerais têm de ser organizadas. Só elas permitirão deitar contas e apoiar eficazmente a ação política dos dirigentes republicanos, que têm a certeza do resultado favorável do escrutínio organizado cuidadosamente por eles. O balanço dos seus dois anos de poder — se se efetuarem as cadeias de incidentes suscitados pelos seus adversários de

campos opostos — permite-lhes enfrentar com confiança a competição eleitoral. Não lhes faltam argumentos para justificar as suas ambições: votação de uma nova Constituição, reforma do Exército, reorganização do ensino, lei agrária, criação de um código penal, leis sociais progressivas em proveito dos trabalhadores e das mulheres, estatuto catalão. Quantos anos de monarquia ou de governo das direitas teriam sido precisos para apresentar tais progressos...

19 de novembro de 1933: a eleição é uma derrota para as esquerdas. São eleitos 205 deputados das direitas e 165 centristas (aparentados com os radicais de Lerroux). Os partidários de Azaña são apenas 99, dos quais 58 socialistas. Uma transformação excepcional vai modificar toda a estratégia política: o novo partido católico CEDA (Confederación Española de Derechas Autónomas) constitui o grupo mais numeroso nas Cortes. O seu chefe é Gil Robles e há outro deputado que virá a ser importante como chefe da Falange, José Antonio Primo de Rivera. Dois movimentos, dois novos homens: duas forças do campo das direitas.

A CEDA nasceu depois da instauração da II República. Ao associarem-se, as «elites» católicas procuraram prevenir-se contra eventuais iniciativas do novo regime, que poderiam ser contrárias aos seus interesses e prejudiciais ao livre exercício da religião. O animador do movimento, Angel Herrera y Oria (futuro bispo de Málaga), chefe de redação do jornal «El Debate» está muito ligado aos Jesuítas. Anima a ação política em profundidade, através de polémicas que o seu jornal provoca e nos bastidores do mundo político. Escolheram Gil Robles, antigo aluno dos Jesuítas, advogado, depois professor da Universidade de Salamanca. O jovem líder fora, a seguir à Primeira Guerra mundial, um dos dirigentes mais ativos do partido agrário antes de ingressar nas fileiras da Ação Popular Católica, da qual a CEDA é a expressão política.

Os princípios de ação de Gil Robles estão matizados de fascismo. As eleições de novembro de 1933 levam-no ao primeiro plano do quadro político: a derrota das esquerdas faz dele o árbitro da situação. A sua posição é tanto mais forte quanto muito importante é a quantidade de mandatos sobre os quais pode contar, e os partidos republicanos devem o seu revés pelo menos tanto às suas próprias divisões — que a derrota eleitoral não irá apaziguar — como ao cansaço do povo.

Principiante no meio dos políticos de profissão, Gil Robles vai ser uma presa fácil para velhos experimentados, como Azaña e Alcalá

Zamora. Demasiado seguro de si e da autonomia de ação que lhe confere a sua grande maioria, deixa-se seduzir, adormecer e comprometer pelos seus piores inimigos.

Outro jovem advogado faz a sua entrada nas Cortes ao mesmo tempo que Gil Robles. Pertence a uma formação parapolítica ainda mal conhecida mas que tem, nos meios da esquerda, muito má reputação: a Falange. Filho mais velho do antigo ditador, José Antonio Primo de Rivera — em breve votado ao martírio político, de que o seu nome próprio se tornará um símbolo — foi eleito em Cadiz onde o general tinha nascido. Só se dedicou à política depois do desaparecimento daquele cujo revés o marcou e cuja memória e ação defenderá com piedoso fervor. Não admite que um regime, ao mesmo tempo autoritário e liberal, como o ditador de Afonso XIII preconizara esteja forçosamente votado ao malogro na Espanha. Interessa-lhe dar corpo aos meios necessários para que se estabeleçam no seu país as estruturas de uma sociedade justa, eficaz e dinâmica. Na Itália aprendeu lições de fascismo, das quais só retém, sem dúvida, a fórmula mais bem adaptada à evolução da sociedade espanhola deste segundo quarto de século e a garantia mais segura da unidade nacional e da cooperação entre as classes. Ele crê sinceramente nas virtudes do sistema.

Para assegurar a sua implantação na Espanha, funda a Falange no dia 29 de outubro de 1933. Um programa de vinte e sete pontos resume os objetivos do movimento no que respeita à Nação, ao Estado, às estruturas económicas, sociais e religiosas. A sua conclusão resume o seu ideal: «A vida é um combate e é preciso viver com um espírito purificado de serviço e sacrifício.»

No entanto estes propósitos nem sempre são assim pacifistas. Os seus partidários têm de estar conscientes dos riscos que correm para assegurar o êxito da revolução nacional e sindicalista, como ele a concebe: «Se, para atingir os nossos fins — diz-lhes — fosse preciso recorrer à violência, não hesitaríamos. Quando são ofendidas a Justiça e a Pátria, a única dialética admissível é a dos punhos e das pistolas... O nosso posto é ao ar livre, sob a noite clara, de armas na mão e, lá em cima, as estrelas. Que os outros continuem os seus festins. Nós, na tensão de uma febril e segura velada, sentimos no fundo da nossa alegria o pressentimento da aurora.» É, ao mesmo tempo, romântico, romanesco e... explosivo.





Os generais Franco e Mola (à direita) em Burgos